

ISMAEL A. CHUVAS
ENCADERNADOR
C. DOS APOSTOLOS
COIMBRA

88
118
2

8

118

2

ANUÁRIO
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1940-1941



COIMBRA
OFICINAS DA GRÁFICA DE COIMBRA

ANUÁRIO
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1940-1941

LIBRARY

UNIVERSITY OF TORONTO

1911

ANUÁRIO
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1940-1941



COIMBRA
OFICINAS DA GRÁFICA DE COIMBRA

I

Oração "De Sapiaentia"

(Proferida em 16-X-1940 pelo Doutor João Maria Pôrto)

Alguns problemas da Universidade de hoje

EX.^{MO} SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE
SAPIENTÍSSIMOS DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E
MEUS SENHORES

No ano da inauguração das festas Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal, julgo oportuno fazer referências, neste momento e neste lugar, a alguns problemas da Universidade de hoje.

Quando exprimo problemas da Universidade de hoje não penso inscrevê-los rigidamente na Universidade quer quanto à origem quer quanto aos meios a utilizar para sua solução e tratarei apenas de alguns que tendo raízes longínquas e estranhas mesmo às Instituições Académicas ou até reclamando, para sua solução, medidas que em seus meios ultrapassam as possibilidades da própria Universidade, todavia a influenciam na sua função, nos seus objectivos ou mesmo no seu prestígio. E é neste sentido que tratarei alguns deles.

Para muitos países a história das suas Universidades é, desde a fundação, a imagem da sua própria história. A Universidade penetra a vida íntima das nações e entre nós, seguindo-se com o nome de *Studium Generale* à fundação da nacionalidade, pode considerar-se como organismo cuja criação é já de si espelho da sua definitiva consagração e inde-

pendência, e seria indesculpável ousadia dizer-se que ao longo dos tempos não tenha poderosamente contribuído para sua consolidação e grandeza.

Centro de formação das « élites » e onde, ao lado das Academias, a ciência toma a mais alta consciência de si própria; fonte principal onde nasce ou deve nascer e donde parte ou deve partir o saber, incumbe ainda à Universidade a missão de o levar ao contacto dos organismos votados às manifestações sensíveis do progresso.

A Universidade respeita e aceita os valores da tradição mas não deve envelhecer, se envelhecer significa sair do tempo, abandonar o plano da actualidade. O número e qualidade, quasi pode dizer-se prodigioso, de investigações, descobertas e aplicações da ciência no último século, fazem que a Universidade de hoje seja parte integrante da sociedade, que por vezes a oriente e dirija. Por isso precisa ela de tomar contacto com todos os ramos da actividade, mostrar-se sensível ao pulso da vida e procurar corresponder às suas necessidades mais candentes.

I

Programa mínimo das Universidades

- a) Cursos profissionais e técnicos**
- b) Investigação da Ciência**

Quasi toda a gente está de acôrdo em que, no programa mínimo das Universidades, se contêm:

a) Organização de cursos profissionais e técnicos baseados em princípios científicos, particularmente nas ciências naturais e sociais;

b) Investigação da ciência.

Falar da primeira função é pura redundância; da segunda poderá apenas parecê-lo, pois embora o Estatuto Universitário de 19 de Abril de 1911 pelo artigo 52.º preceitue « que a autoridade docente dos professores e assistentes se exerça, pelo ensino de como a ciência se faz em exercícios de inves-

tigação e o que ela vale em exercícios de aplicação », há ainda hoje quem julgue que o papel da Universidade é apenas o de fabricar diplomas, ministrar a ciência feita e ensinar conforme o método dogmático do professor que não é senão professor.

E todavia a investigação da ciência deverá ser a mais elevada função da Universidade. Só é ciência viva a que se submete à realidade em vez de se lhe impor; « a que tateia, a que vai de encontro à tirania do hábito, a que se critica, se corrige, se alarga, se diversifica e « se julga eternamente provisória », como diz Boutroux. A ciência feita, a que se julga formada de princípios absolutos e imutáveis, é a ciência da rotina, do *apriorismo*. Se aquela é altamente educadora, esta só lisongeia a preguiça. Entre as duas não há escolha possível e o professor que melhor a ensina é o que a cria e a faz progredir.

A Universidade deve esforçar-se por incluir nos seus programas as medidas necessárias para a formação do investigador pois que nas fileiras do corpo docente caberá sempre o sábio, de espírito orientado no sentido de manter o saber pelo saber (1).

Entre nós penetrou tarde o espírito da investigação. Os decretos de Passos Manuel, de 1836, que reorganizaram a Universidade, que criaram as Escolas Médicas de Lisboa e Pôrto, a Academia e Escola Politécnica, os liceus nacionais

(1) Dir-se-á que este conceito não é de hoje. Nasceu há mais de um século na Alemanha. Em 1809 quando a Prússia saía vencida na quarta coligação contra Napoleão, derrotada em Iena e Austerlitz como a seguir o seria em Prenzlau e Lübeck, destituída a Prússia de todos os domínios até então adquiridos, pelo tratado de Pilsitt (1807) e despojada de quasi toda a sua armadura intelectual, é que se cria a Universidade de Berlim, a qual havia de ser, por assim dizer, a tribuna do movimento de transformação da face intelectual e moral da Prússia. Nela se manifestaram, segundo uma frase célebre de Frederico Guilherme III, as forças intelectuais dum Estado que perdera as suas forças físicas. Poderoso foco de consciência nacional aliado a centro de criação e de irradiação do saber, é aí que pela primeira vez se entende que todo o ensino deve jorrar das fontes da investigação criadora, que a Universidade, longe da sua feição tradicional, fábrica de diplomas, apenas consagrada ao ensino, simultaneamente se deve consagrar

e durante anos constituíram a carta fundamental do novo ensino médio e superior, não adiantaram muito em tal sentido porque a sua elaboração se aferiu pelo padrão da reforma napoleónica; e, se em 1841 Alexandre Herculano afirmava que a « missão da Universidade deveria ser duplicada — de escola quando provê de novos sujeitos as classes excepcionais; de academia quando os seus membros, vivendo pela ciência e para a ciência, têm na mão o facho que alumia as

à investigação livre, que nela deverá ter mesmo lugar honroso. A Universidade de Berlim fôra a primeira Universidade fundada no princípio da investigação científica desinteressada e no princípio de que o ensino, um alto ensino no sentido rigoroso da palavra, haveria de resultar dos trabalhos criadores e sempre renovados dos seus professores; e é para o conseguir que Humboldt, homem de Estado, homem de ciência e de cultura universalista, se rodeia dos melhores espíritos da época, a quem garante a liberdade de ensino, sem sujeição a qualquer texto oficial.

O que a Universidade de Berlim lêz, abrindo caminho para esta combinação orgânica de ensino e investigação, outras universidades alemãs o fizeram, imitando-a e ultrapassando-a mesmo em diferentes domínios. Se a especulação romântica de Schelling e sobretudo o ascendente de Hegel entravam, a princípio, o esforço experimental, êste a breve trecho se libertava para cair na profundidade do pormenor, da « investigação sem preconceito », como era a divisa de Kant, de que se tentou fazer a base de todo o ensino científico.

E a abundância de factos novos descobertos no domínio de tôdas as actividades do espírito era tal que aí por 1820 já Büchner e Döllinger receiavam seriamente a estreiteza do horizonte académico. A concepção da unidade de ciência quebrava-se pouco a pouco pela distribuição cada vez mais minuciosa do trabalho. Mas a orientação da Universidade alemã estava marcada e não se desviou, até hoje, desta linha metodológica.

Quão diferentes são as coisas na sua contemporânea Universidade Imperial francesa. As reformas napoleónicas de 1806 foram de outra ordem e tiveram outras conseqüências. Embora no início do século a França, em particular Paris, fôsse o centro da vida científica mundial, as ciências físicas e biológicas aí fôsem mais precocemente desenvolvidas que na Alemanha, e os sábios de todo o mundo se inspirassem nos seus progressos, todavia depois das reformas napoleónicas até ao advento da terceira República caíram, por assim dizer, no marasmo. Os dois centros de ciência pura foram o Museu e o Colégio de França. Se na Escola Normal Superior, Faculdades de Ciências, Escola Politécnica se cultivava a ciência, no entanto o interêsse do ensino tinha a preeminência, *sem união por laços orgânicos*. Os homens que trabalhavam no Museu e Colégio de França não podiam comunicar os resultados dos seus trabalhos e descobertas à nova geração; e aqueles que comu-

escolas de aplicação, o facho dos progressos puramente especulativos » (1) — dizia-o mais como aspiração sua do que realidade viva. Aquela situação perdurou todo o século passado.

As reformas de 1901 e de 1907 e 1911 tentaram responder às aspirações de todos que em Portugal se interessavam pelo ensino em geral e superior em particular. Sobretudo com a reforma de 1911 grandes vantagens se obtiveram, na verdade.

nicavam com os novos não podiam ensinar-lhes com profundidade porque não haviam trabalhado activamente no progresso das disciplinas a seu cargo.

Ainda em 1868, fundada na Universidade de Paris uma cadeira de fisiologia, Duruy, um dos ministros mais esclarecidos e mais ao corrente do contemporâneo desenvolvimento das Universidades estrangeiras, afirmava que não se poderia instituir um verdadeiro instituto de fisiologia como na Alemanha ou na Rússia, « porque as faculdades não têm que ensinar senão a ciência adquirida ». Cl. Bernard ocupava a cadeira no Colégio de França por ser este o único lugar em França onde se faziam investigações em fisiologia humana, ciência fundamental nos estudos médicos.

O nível do ensino superior baixou ao dos liceus, separando dos dois a investigação que fecunda e tornando aquêlê rotineiro e estéril. E se a ciência baixou, baixaram também as « élites ». O ensino superior ou médio não tiveram um ideal nacional nem uma função social, patriótica e cívica como na Alemanha. Enquanto aqui se formam « élites », além estagnavam ou destruíam-se mesmo. E essa causa não deixou de influir na derrota de 1870.

Pela mesma época em que se fundava a Universidade de Berlim e se reformava a Universidade de França, as Universidades inglesas mantinham a sua tradicional organização, como corporações autónomas, verdadeiras instituições nacionais que faziam corpo com o Estado sem serem absorvidas por êle. Acima da investigação da ciência preocupava-as a educação física, a formação do carácter, o desenvolvimento da personalidade, tudo que ao estudante desse preparação para a boa direcção dos negócios públicos.

Assim, a ciência pura, desinteressada, não era nas Universidades e Colégios que encontrava os seus melhores cultores. (Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités françaises et étrangères*, tómo 11, Paris, 1935).

Depois do que fica dito desejaría não ficasse a dúvida de eu pensar que as universidades francesas e inglesas se não tenham, e desde há muitos anos, integrado no amplo campo da investigação científica.

Se me refiro apenas às Universidades da Alemanha, Inglaterra e França é porque a metodologia do ensino superior, nos outros povos da Europa e da América, é vasada nos moldes dos daqueles três países.

(1) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, tómo VIII, pág. 62.

As modificações foram extensas em muitos domínios e passaram a permitir certa articulação orgânica entre ensino e investigação, esta em maior ou menor grau consoante os recursos em material e pessoal técnico e ainda segundo a liberdade que ao professor permitia o ensino.

Entre nós os recursos são poucos, as horas tomadas pelo ensino, durante o dia, são muitas, e poucas são as que sobejam para a investigação; os colaboradores e continuadores faltam, mas o espírito de investigação no pessoal docente pode dizer-se que ficou criado. Pouco ou muito que cada qual tenha feito dentro ou fora dos serviços a seu cargo, isso pouco mais representará que nobre aspiração a trabalhos de maior fôlego, de labor mais vasto e profundo.

Depois do que disse não deve restar a dúvida de que na Universidade portuguesa, em data anterior àquelas se não tivesse observado em um ou outro sector, certo movimento renovador da ciência e da cultura, e que, a despeito da modéstia em colaboradores e recursos materiais, a investigação se não tivesse feito e mesmo progredido; mas isso, a pouco mais fôra devido que à iniciativa individual de tantos dos seus professores, em variados campos da actividade do espírito.

* * *

Depois da guerra de 1914-1918 operou-se por todo o mundo modificação profunda na vida política, social e económica, como de todos é sabido.

Muitos investigadores que anteriormente a este período viviam desafogadamente passaram a sentir dificuldades económicas; e, se alguns continuaram a ser mártires da sua dedicação, outros abandonaram a formação das «élites» ou o gosto pela produção científica, porque o gosto do martírio é cada vez mais raro.

Se a superioridade científica tem importância predominante no juízo internacional dum povo e aquela depende, na maior parte do labor universitário, muitos professores se viram coagidos a trair a sua missão.

E assim, professores há que procuram fora da Universidade, em ocupações estranhas, os recursos complementares de que precisam para lhes assegurar justa e conveniente situação material, ou que os procuram na própria Universidade, nas Faculdades a que pertencem, com acumulações de regências que lhes absorvem grande parte do dia e lhes emperram o cérebro no desempenho de duas das suas mais nobres funções: absorção de conhecimentos novos e elaboração de idéias próprias.

O professor assim confrangidamente penetra na rotina e na mediocridade, por atentados constantes contra a dignidade do espírito e o prestígio da Instituição universitária.

Dir-me-ão que em certas Faculdades o professor acumula regências por outras razões: pela redução dos seus quadros em pessoal docente, ou porque muitas cadeiras e cursos permanecem vagos desde há muitos anos, ou porque os respectivos proprietários foram convidados a desempenhar funções de hierarquia mais elevada, de interêsse superior. É o mesmo. Isso só servirá de exemplo de como causas diversas podem conduzir a efeitos iguais.

O Estado, porém, reconhece que « cultura e ciência próprias são o melhor remédio a opôr a todo o complexo de inferioridade nacional » e cria, por Decreto n.º 16.381, de 16 de Janeiro de 1929, a Junta Nacional de Educação, reformada por Decreto n.º 26.611, de 11 de Abril de 1936.

Entidade supra-universitária, goza de relativa autonomia, possui recursos, elementos de informação e de trabalho que à outra faltam, e é particularmente incumbida de estimular o labor científico e cultural. Entre os seus bolseiros contam-se professores de Ensino Superior e entre os que o não são, percentagem elevada oferece garantias de vir um dia a sê-lo.

A Junta Nacional de Educação vem, assim, ao encontro da Universidade, por meios que chamarei indirectos, permitindo-lhe estugar o passo.

Mas não é tudo.

II

Ciência pura e ciência aplicada**Legitimidade ou ilegitimidade da distinção
entre Universidade clássica e Universidade técnica**

Na Idade Média, durante e depois, mesmo, da Renascença, porque a influência da organização medieval, em matéria de ensino e de investigação durou até aos fins do século XVIII, não havia distinção entre ciência pura e aplicação prática. O ensino profissional propriamente dito vem desde a Revolução Francesa.

O grau crescente de conhecimentos faz que nas Universidades aumente, particularmente desde o começo do último século, o número de disciplinas e ainda se dilate a matéria a ensinar dentro de cada uma delas. Daí a complexidade da preparação para tôdas as profissões as quais obrigam os candidatos a estudos muito diversos, extensivos, por vezes, a matérias de várias Faculdades. Daí também a diluição progressiva das fronteiras de muitas disciplinas. Há por isso necessidade, por vezes, da aproximação entre professores de cadeiras de títulos diversos, mesmo de Faculdades e Institutos diferentes, com o fim de se estudar, em fructuosa colaboração, aspectos especiais dum mesmo problema. Poderá isso explicar que, como exemplos, professores da Faculdade de Medicina ensinem estudantes de Letras e de Direito; professores da Faculdade de Ciências ensinem os preparatórios para Medicina.

As novas cadeiras do ensino profissional foram tratadas, a seguir à sua criação, como cadeiras de segunda ordem e os seus titulares, não vendo possibilidades de desenvolvimento e tratamento equivalentes aos das Faculdades clássicas, para as disciplinas que ensinavam, preferiam a sua emancipação e conseqüente independência das Universidades. Assim se compreende que as novas escolas superiores de ensino técnico, como Medicina Veterinária, Agronomia, etc. só na primeira

metade do século passado apareçam no quadro geral das Universidades.

Há quem diga ser papel da Universidade apenas a formação das « élites » e o desenvolvimento da ciência teórica, com verificação das hipóteses que estão na sua base mas lhe não pertence possuir Institutos de investigação aplicada. Poderá ser alegado, e para fugir à dificuldade, que por isso se criaram as Universidades Técnicas, de que antigamente se não falava pela fundamental razão de que não havia matéria com que preencher tal designação, pois que a técnica é consequência do cultivo das ciências da natureza e estas só no último século, como foi notado, se abriram ao progresso.

Deve, porém, a Universidade, como na Idade Média, possuir o sentido de ensinar todo o saber? Deve possuir o conjunto de estudos superiores em todos os géneros de aplicação da ciência?

Ora, em Julho de 1937 realizou-se em Paris a Conferência Internacional do Ensino Superior onde, através dos problemas universitários então discutidos, não passou despercebido o da distinção entre o ensino clássico e o técnico das Universidades. É legítima a distinção das duas ordens de Universidade? O problema levantou séria discussão e não se chegou a acôrdo.

Tôda a gente está de acôrdo sôbre a existência de duas espécies de investigação: uma, sem ligação com qualquer fim preciso, tem por objecto o estudo dos princípios fundamentais das leis naturais; outra, que coloca problemas de técnica para aplicação daqueles princípios. Se no perfeito conhecimento das leis e fôrças naturais que regem o mundo é que reside a base de todo o progresso técnico, económico e social, a ciência teórica tem a primasia nos estudos e deve constituir a fina essência do ensino universitário. Pelo menos na aparência. Mas eu entendo que se não há investigação fecunda que se não baseie em alguma generalização ou antecipação, também não há teoria útil que se não afine e aperfeiçõe ao contacto da sua aplicação prática. Por isso, em meu entender, o papel da Universidade actual deve ser compreensivo quanto às duas feições de investigação. Se uma contribui

para as fundações do edifício, a outra conclui-o na sua superestrutura, ambas, partes de um todo, reunidas e inscritas num mesmo círculo de ensino superior, e ambas capazes de auxílio recíproco.

Eu não justifico o ingresso nas Universidades, de Institutos de técnica, que visem a tirar vantagens materiais, com fins mercantis apenas; onde as experiências consistam na repetição centenária das mesmas técnicas e nada ensinam de novo ao investigador. Onde o resultado tenha apenas valor estatístico por sua repetição monótona e uniforme. Tais Institutos pouco ensinarão porque não permitem a colheita de uma idéia geral. Tais organismos caem fora de todo o espírito universitário. Mas estranhos a Universidades há estabelecimentos, verdadeiros institutos de investigação aplicada, que prestam serviços e são prósperos como outros, congêneres, inscritos em Universidades.

Organismos há, de iniciativa particular, de fins práticos a princípio e que, com o rodar dos tempos, se adaptaram à investigação e foram incorporados, a seguir, nas Universidades. Por exemplo, a Clínica Mayo que faz hoje parte integrante da Universidade de Minesota.

Não deveria ser obrigatório que as Universidades contassem tôdas o mesmo número de Faculdades ou Institutos de Ensino Superior. A existência dêstes poderia depender das condições económicas do meio ou do país, das suas riquezas extractivas ou coloniais, por exemplo; mas que da Universidade fizessem parte todos que existissem no mesmo centro, que cada qual fôsse uma unidade de administração académica e tôdas, no conjunto, procurassem abraçar as energias nacionais, os elementos essenciais da grei.

Deveria ser missão da Universidade, em meu entender, acolher êsses organismos, absorvê-los no seu seio, dar a cada um lei orgânica própria, de modo a permitir o desenvolvimento dos estudos especiais no « clima » mais favorável e nas condições mais convenientes; mas que cada Faculdade ou Instituto fôsse na Universidade apenas unidade de administração académica.

Entre nós, pelo Decreto n.º 19.081, de 2 de Dezembro de 1930, é criada a Universidade Técnica de Lisboa pela con-

jugação do Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e Escola Superior de Medicina Veterinária « no sentido, diz o Decreto, da finalidade económica colectiva e honrar as profissões para que preparam, já que entre nós a engenharia, a veterinária, a agronomia e a actividade mercantil atingiram um grau de cultura científica não inferior à das chamadas carreiras liberais ». Deu-se já um grande passo para a unificação do ensino superior, na capital. Entendeu-se por isso que « ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, era tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com tôdas as exigências materiais da civilização moderna ». Quere dizer: a evolução do ensino e os progressos da investigação em cada um destes institutos permitem que já em Portugal êles se congreguem na criação duma Universidade: a Universidade Técnica. Depois da Universidade Clássica, criou-se a Universidade Técnica.

Afigura-se-me, porém, não haver razão para esta distinção. Assim, o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras e a Faculdade de Direito poderiam ambos incluir-se na Universidade Clássica ou Técnica como a Medicina Veterinária e Medicina Humana se poderiam ambas incluir na Universidade Técnica ou Clássica. Além, como aqui, há disciplinas comuns pela índole e métodos de ensino; além, como aqui, qualquer dos Estabelecimentos de Ensino prepara técnicos e profissionais. Ora se afasta o que é comum, ora se aproxima o que é diverso; por isso a evolução há-de continuar, creio bem, de maneira que em breve deixe de ter razão a separação que agora se faz entre os dois tipos de Universidade.

Parece-me, pois, que a influência recíproca dos dois modelos universitários actualmente vigentes entre nós, com os progressos da ciência virá justificar a sua fusão. Com o reagrupamento de instituições até então independentes, numa organização mais compacta, não estou longe de acreditar que poderia vir a conseguir-se maior valorização do ensino e mais

equilibrada e rendosa utilização dos recursos disponíveis. Pois se é esta a tendência geral do espírito universitário de países de largos recursos como a Holanda, Inglaterra e Estados Unidos da América, onde as Universidades são em grande parte criadas, sustentadas ou subvencionadas pelas iniciativas privadas, como não admitir a sua eficiência em países de modestos recursos materiais e onde há o hábito de só o Estado suportar o peso de tôdas as despesas que lhe estão inerentes, como acontece entre nós? (1)

III

Aumento progressivo de inscrições e dos diplomas de cursos adquiridos nos Estabelecimentos de Ensino Superior

É progressivamente crescente o número de inscrições e a onda dos diplomas de cursos adquiridos nos Estabelecimentos de Ensino Superior e isso é dos problemas da Universidade mais angustiosos da hora presente.

No período que se seguiu à guerra de 1914-1918 deu-se um aumento muito sensível do número de estudantes, bem

(1) Às Faculdades de certos países e que outrora constituíam a Universidade tradicional, outras se têm agrupado. A Universidade de Estado de Amsterdam possui as faculdades seguintes: Teologia, Direito, Medicina, Ciências políticas, Letras, Medicina veterinária, Indologia. Mais afastadas ainda do tipo medieval são as Universidades anglo-saxónicas. A de Londres possui: Teologia, Letras, Direito, Música, Medicina, Ciências, Ciências técnicas, Economia. A de Cambridge: Estudos clássicos, Teologia, Belas Artes, Música, Línguas orientais, Ciências económicas e políticas, História, Direito, Ciências morais, Ciências técnicas, Geografia, Geologia, Línguas modernas e medievais, Matemática, Física e Química, Agricultura, Arqueologia e Antropologia, Biologia e Medicina.

Diversidade maior apresenta ainda a composição das Universidades Norte-Americanas. Isto fora dos estabelecimentos de ensino superior criados fora dos quadros das Universidades, Escolas técnicas, comerciais, profissionais, etc.

maior que o correspondente aumento populacional, e de modo particular nos países onde depois se procedeu a um reajustamento interno nos domínios administrativo e económico. Entre nós também êsse aumento se nota e já de tempos anteriores, desde a mudança do regime.

Estou na posse de estatísticas relativas às inscrições em tôdas as Faculdades e Escolas das três Universidades clássicas, da Escola de Medicina Veterinária, Instituto Superior Técnico e Instituto de Ciências Económicas e Financeiras para os anos que vão desde 1911-1912 (excepto Faculdades de Direito que começa em 1913-1914) até 1939-1940, portanto 28 anos seguidos (1).

Nas três Faculdades de Medicina reunidas a frequência foi em 1911-1912 de 579. À parte ligeira depressão nos anos 1917-1918 a 1921-1922, a curva permanece inais ou menos estacionária até 1923-1924; sobe, a partir de então, vertiginosamente até 1931-1932, ano em que atinge o fastígio: 1770 alunos, número três vezes superior ao de 1911-1912. Vem desde aquele ano a descer lentamente, mas em 1938-1939 a frequência é ainda de 1400, mais do dôbro, portanto da de 1911-1912.

Nas duas Faculdades de Direito, no ano da criação da de Lisboa, 1913-1914, a frequência foi de 596. Sobe rapidamente nos três anos seguintes e atinge em 1916-1917 o número 981. Desde êste ano a curva sofre depressão até 1925-1926, ano em que ambas as Faculdades do país passam a contar 1036 inscrições. A linha é desde então francamente ascendente e atinge a culminância em 1934-1935 com o número de 1400, mais do dôbro do de 1913-1914. Desde 1934-1935, observa-se baixa acentuada de ano para ano, mas em 1939-1940 é ainda de 1041.

(1) Devo os elementos respeitantes às Universidades de Lisboa e Pôrto à penhorante gentileza dos Ex.^{mos} Senhores Profs. Drs. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, José Oliveira Lima, Vice-Reitor da Universidade do Pôrto e António Lino Neto, Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, a quem me é grato, neste lugar, render os melhores agradecimentos.

Nas Faculdades de Ciências é maior a diferença. A frequência é em 1911-1912 de 630; sobe discretamente até 1914-1915; baixa a seguir, até 1917-1918 com o número de 485 mas, a partir de então, a ascensão é constante e vai ao máximo: 2059, em 1934-1935, cifra que é superior de 4 vezes à mínima encontrada no transcurso dos últimos 28 anos. A partir daquele ano a curva desce até 1937-1938, mas a recuperação faz-se logo no ano imediato e em 1939-1940 o número é de 2304.

Muito mais impressionante é ainda o que nos oferecem as estatísticas das Faculdades de Letras. Em 1911-1912 os registos totais somam 58; à parte insignificante depressão da curva desde 1915-1916 até 1920-1921, ela é ininterruptamente ascendente, como vaga alterosa, até 1932-1933 com a cifra, então, de 969: seguem-se breves oscilações mas em 1939-1940 vai para lugar máximo, com frequência de 1237, isto é cifra *21 vezes maior* que em 1911-1912.

Para as Faculdades e Escolas de Farmácia, embora de menor frequência absoluta, assiste-se a idêntica modificação, como coisa análoga se passa nos Organismos da Universidade Técnica de Lisboa e na Faculdade de Engenharia no Pôrto.

Poder-se-á dizer que, não possuindo, em rigor, documentos de informação ou resultados de inquérito no tocante a relações entre número de diplomados e a população e riqueza do país, frágil é a afirmação de que já hoje os temos em demasia ou de que ainda não são em número suficiente.

Quanto a certas carreiras, pelo menos, quem sabe se a plétora não é aparente e tal aparência resulta apenas de defeituosa repartição daquelas no seio da sociedade. Se assim fôr, porém, enquanto não houver possibilidade de distribuição mais conforme com os interesses gerais, as coisas hão-de passar-se como se houvesse diplomados a mais.

Nestas estatísticas conto as inscrições de matrícula, e não o movimento dos que concluíram o curso e isso poderá parecer estranho. Os números, porém, dão medida de proporção no transcurso dos anos lectivos e é quanto basta.

O seu relance panorâmico permite-nos algumas desoladoras considerações. Sente-se hoje em dia que tais cifras são incomportáveis com a nossa capacidade demográfica e condições de vida económica, considerada mesmo tôda a vastidão dos nossos domínios metropolitano e colonial.

Muitos diplomados vêem-se na necessidade, para viver, de concorrer a carreiras de categoria inferior, para cujas funções se não exigiriam habilitações universitárias sequer. E' raro que a qualquer logar bancário ou de funções públicas de modesta representação não concorram dezenas de indivíduos com um curso de ensino superior. Como corolário desta atitude vem o perder-se a justa articulação entre a função e o funcionário, pois que aquela sobe enquanto êste desce de categoria. Cria-se assim na alma do interessado o sentimento de inferioridade, o de aviltamento de si próprio e o de revolta contra uma injustiça de que se inculpa tantas vezes a Universidade e a própria sociedade. Não ganhou a Nação em valores, e a Universidade perdeu em prestígio. Não ganhou pela qualidade, pois observa-se cada vez maior tendência, na literatura, para a exaltação das actividades práticas, tendência cada vez maior de todos os ramos da ciência para realizações puramente utilitárias e certa indiferença da sociedade, quasi menosprêzo até, pelo sábio que investiga. Por outro lado, certo descrédito tombou sobre o ensino superior pelo empirismo desordenado, pela impaciência dum juven-tude que visa a resultados imediatos, pela extrema especialização de âmbito acanhado, pela debilidade do método crítico, pelo predomínio do culto da fôrça sobre o culto das idéias. Por estas e muitas outras razões, os diplomas universitários perderam o prestígio hierárquico que outrora era, como alguém observa, equivalente ao duma carta de nobreza.

E' preciso procurar o remédio para, a seguir, o aplicar.

Winkler (1), autor dum relatório apresentado à Conferência Internacional de Ensino Superior, sugere medidas susceptíveis

(1) M. W. Winkler, *La lutte contre le chômage des jeunes diplômés des Universités*. Problemes d'Université (Travaux de la Conférence Int. d'Enseignement Supérieur), Paris 26-28 Juillet 1937, pág. 304.

de entrar a inscrição excessiva nas Universidades: multiplicação das escolas profissionais, a selecção mais severa nas escolas médias e nas próprias Universidades, a orientação profissional, o *numerus clausus*, os *Appointments Boards*, verdadeiras repartições de orientação de cursos e de colocação de diplomados, que em 1902 tiveram começo na Universidade de Cambridge e depois se estenderam a outras Universidades inglesas. *Et j'en passe...*

Mas são medidas exteriores, de aplicação variável conforme a índole e condições económicas e sociais de cada país, medidas que actuam de fora para dentro e as que mais valem são as que procedem no sentido oposto.

Não trago solução para o problema e limito-me a um simples reparo:

Pelos progressos da hygiene, criação de obras de assistência, modificação das condições gerais da vida, mostram as estatísticas que a duração média da vida humana, nos países mais civilizados, tem progressivamente aumentado. Todavia a duração dos cursos não sofreu aumento. Para a profissão médica o ensino universitário até diminuiu entre nós.

Ninguém contesta que a medicina de hoje seja muito diferente e mais complexa que a de há 40 anos. Tão extensa e com tantas ramificações pelas ciências físicas, matemáticas e bioquímicas que ao médico de hoje não é permitido o seu exercício sem freqüente contacto com grupos universitários, quer directamente, quer por suas leituras. Pois a-pesar-disso a lei permite para o curso médico a freqüência universitária de 6 anos, 5 em medicina e 1 em preparatórios, enquanto que há 40 anos era-se obrigado à freqüência de 8 anos, 5 de medicina e 3 de preparatórios nas Faculdades de Matemática e Filosofia (1). Eu não defendo o curso de preparatórios por tão longa duração, nem mesmo que devessem ser transportados para os tempos de hoje os programas e métodos de

(1) Pelo artigo 59.º do decreto n.º 19.691, de 18 de Março de 1931, a duração do curso médico-cirúrgico normal, aconselhada pela Faculdade de Medicina de Coimbra, é de 6 anos. « O curso poderá, porém, excepcionalmente ser de 5 anos para os interessados que desejem e consigam, no caso e

ensino de então, como é obvio; mas, que a sua restrição, no tempo, se fizesse em benefício do curso pròpriamente médico que é hoje tão compacto pelo número e variedade das disciplinas necessárias e ainda pela extensão dos seus programas, que só alunos de talento e de capacidade de trabalho excepcionais conseguem vencê-lo no prazo mínimo que a lei lhes limita; e isso, com prejuízo da boa orientação dos serviços docentes, da preparação do médico e da saúde dos estudantes, até.

IV

Universidade: Centro de cultura e de educação

Disse-se que a Universidade tem por missão conservar, cultivar e propagar o saber. Mas nem só de saber se nutre a humanidade. A matéria que na cátedra se ensina ou que no laboratório se explora está longe de abraçar tôdas as partes da realidade. A vida e a alma humana requerem ainda outros métodos apropriados. « A instrução é sem dúvida um benefício, mas é-o na medida em que a educação a precede, a sustenta sobremaneira e a preserva contra os seus próprios excessos » (Brunetière). A instrução *informa* o homem; esta, conjugada com a cultura e a educação, *forma-o*, que é mais e melhor. E nunca houve disso necessidade como hoje, em que o utilitarismo do após-guerra impeliu para a especialização precoce, que é privação de metade da alma, no dizer de alguém.

Dir-se-á que a Universidade nova, mais que questão de administração, de teoria ou de ciência, é questão de cultura, de educação cívica e moral.

nos termos previstos pelo § 2.º do artigo 58.º cursar neste menor prazo tôdas as disciplinas obrigatórias ».

Escusado será dizer que na altura própria, a partir do ano em que êste artigo entrava em vigor para os alunos do 4.º ano da Faculdade de Coimbra, todos os estudantes se confessaram excepcionais e o curso continua a ser, em rigor, de 5 e não de 6 anos.

Eu creio, porém, que cultura e educação se não inscrevem na primeira função da Universidade, sobretudo nas Faculdades onde particularmente se ensinam e cultivam as ciências da natureza. Que isso não é prerrogativa essencial da sua actividade, demonstra-o legião de profissionais mas incultos, a quem a Universidade conferiu um diploma no final do curso. Não se compreende mesmo, à primeira vista, que queira arrogar-se êsse privilégio, como de natureza essencial, quando dispensa diplomas a individuos a quem apenas pergunta se possuem a base de conhecimentos de ordem técnica, científica ou outra, sôbre que assente a carreira que vão seguir. Porque nem a técnica nem a ciência constituem em si cultura. Cultura não significa apenas abundância de conhecimentos mas ainda certa qualidade e escolha e arrumação do saber. Há sábios e eruditos que não são cultos e há homens cultos que não são sábios nem eruditos. Estes, pouco mais que adstritos à crueza do objectivo, recebem, classificam e arquivam os factos e os fenómenos. Os outros, os cultos, com recursos intellectuais doutra essência, obtidos, sobretudo, por trabalho do espírito sôbre si próprio, para servirem de base à elaboração das idéias e à metodização das idéias e dos factos, além das fontes visíveis, parece sentirem mais prazer em procurar, e com outra facilidade o conseguem, o local oculto donde brotam as nascentes.

Creio não valer a pena insistir...

Ora, o professor duma disciplina sôbre ciências da natureza tem por missão o ensino objectivo de verdades tangíveis, presta ao aluno uma informação, e a Faculdade, ao terminar o aluno o seu curso, se bem que sentisse prazer e reconhecesse até vantagens de ordem geral em lhe poder, com justiça, conferir uma carta de *formatura* no sentido rigoroso que a palavra encerra, concede-lhe, no entanto, o diploma quando lhe reconheça apenas o merecimento duma *licenciatura*.

A Universidade também não é em si-mesma centro de educação cívica ou moral. Não há professor universitário que na sua aula, de mistura com o objecto da disciplina que ensine, ouse prègar regras de doutrina ou de moral a

estudantes que, na maior parte, atingiram já a maioria civil. Seria ridículo. A moral prega-se, sim, mas pratica-se sobretudo.

* * *

E todavia a Universidade reconhece a conveniência, até necessidade, de que o aluno, qualquer que seja a Faculdade ou Instituto a que pertença, se eduque e se cultive.

E a Nação educa o povo por necessidade e obrigação, pois é condição indispensável para sua solidez, vigor, permanência e progresso. Se a Universidade moderna faz corpo com as sociedades, tem de adaptar-se a elas e não pode furtar-se ao imperativo da cultura e da educação pública. O progresso material e moral dum povo anda directamente ligado às suas « élites » e, se às Universidades não incumbe, por natureza, a missão de as criar, é contudo às Universidades que a Nação tem ido buscar o melhor do seu escol de dirigentes. E se é aí que a Nação encontra o seu melhor esteio, à Universidade incumbe a obrigação de pôr em prática os meios ao seu alcance pelos quais melhor a produza.

Ao Ministério da Instrução atribuiu-se, desde há tempos, outra designação: Ministério da Educação Nacional, como que a conferir ao termo Educação um significado compreensivo do objecto contido na Instrução e na Educação. Ou, pelo menos, o anseio de que na formação do povo se dê o primado à educação. Seria um contrassenso, mesmo, que um organismo, como é a Universidade, subordinado ao Ministério da Educação, não tivesse em conta a Educação Nacional.

* * *

Mas como consegui-lo? Por métodos que eu iria chamar indirectos. Não pelo jôgo de métodos científicos ou de programas de estudos, mas por tudo que facilite a vida corporativa dos estudantes entre si e dêstes com os professores. Crie-se ou aperfeiçõe-se tudo que contribua para essa vida comunitária.

As discussões familiares e com alguns amigos a respeito de tudo que há sôbre a terra e sob o sol, a tôda a hora do

dia; o choque de espíritos entre o estudante de medicina, de história, de literatura, de filosofia, de direito, de engenharia, etc.; o sentimento vivo da aventura, decisão e coragem intelectuais; o esforço que cada qual realiza para na discussão ardorosa fazer vingar o seu ponto de vista e isto, hora a hora, durante os cinco anos necessários para uma licenciatura, são influências decisivas para o desenvolvimento do juízo crítico, da agudeza do pensamento, do rigor e precisão do raciocínio, do alargamento das fronteiras do saber.

As vantagens da educação inglesa e as exuberantes provas do seu valor através da história provêm, como diz Paul Descamps, do desenvolvimento simultâneo da personalidade e do espírito de disciplina; do sentimento da responsabilidade individual e da capacidade para a acção conjunta (1). Aí as duas coisas são conexas e não contraditórias.

Prova a experiência que um dos melhores meios de chegar a êsses fins é favorecer a camaradagem. Já Francisco Bacon dizia que « a luz recebida dos conselhos dum outro é mais crua e mais pura que a que procede do seu próprio entendimento e juízo ». « O melhor remédio para manter o espírito de boa saúde é a exortação fiel dum amigo ».

Não é diferente o que nos transmite Herklots: « Quanto a mim, os momentos que mais aprecio ao recordar os cinco anos que transitei pela Universidade, não são os que consagrei a tomar apontamentos ou a ler nas bibliotecas; nem mesmo os em que, com brados de entusiasmo, acompanhei, à vitória, o barco do meu colégio ou aqueles em que saí da luta a suar; mas sim aqueles em que fatigamos o sol, com nossas discussões, e o fizemos tombar do céu (2) ».

Opiniões que traduzem o revigoramento da personalidade das gerações académicas sob a influência da camaradagem, nas Universidades Inglesas e Norte-Americanas; pontos de vista talvez exagerados por não se tomar na devida conta os

(1) Paul Descamps, *Les pouvoirs publics en Angleterre*, La Science social, Maio de 1912, pág. 76.

(2) Cit. por Sir Frank Heath, *L'éducation à l'Université*, Problèmes d'Université, págs. 224 e 245.

laços que devem existir entre estudantes e mestres mas apenas estudantes entre si. A segunda é opinião actual; a primeira, a de Bacon, vem de há séculos mas está actualizada, o que demonstra o sentido da tradição e o vigor da permanência, na vida universitária anglo-saxónica.

* * *

E assim se justifica a construção das cidades Universitárias e Casas do Estudante, nos grandes aglomerados urbanos, em países de suficientes recursos.

A amizade, corolário da camaradagem numa carreira universitária, como factor dominante da educação para a vida, oferece-a Coimbra como nenhuma das outras Universidades portuguesas. A vida académica no bairro alto, as tradicionais repúblicas dos estudantes, a Associação Académica, a proximidade dos edificios onde são cursadas as cadeiras de tôdas as Faculdades, permitem que os estudantes se encontrem repetidas vezes e convivam algumas horas em cada dia; mas outras disposições se exigem para que a vida corporativa seja mais eficiente. A Cidade Universitária que se projecta, deverá conservar tudo que Coimbra possui de apto para manter essa comunidade e ainda aperfeiçoá-lo de modo a proporcionar ao académico outro rendimento individual, nacional e social.

A Academia é já por si, na época actual, um elemento activo na renovação da vida universitária. Respira hoje ar mais puro que há cinquentá anos. A Associação Académica é a casa central do estudante, com várias repartições desportivas, culturais, de educação artística e até de beneficência, pois a Sociedade Filantrópico-Académica, de tradições já tão honrosas, e tendente a organizar-se em novos moldes, de maior eficiência e rendimento, é simultaneamente Instituição de Filantropia e Escola de Educação Social.

A Academia promove festas em que o Orfeão e a Tuna marcam, desde há muitos anos, lugar inconfundível, e conferências para que têm sido convidados homens dos mais cultos do país; alvitra, junto dos poderes públicos, a criação duma Sala do Império; organizou a Exposição coimbrã em Lisboa a

qual, além de forte vibração de vida académica, ofereceu ainda ensejo a que antigos discípulos aí se confessassem presos de saúde e reconhecimento à *Alma-Mater*. As repetidas exposições de pintura onde figuram apenas trabalhos de estudantes, as representações de peças de alto valor cultural, por académicos embora orientados por professores e que últimamente têm sido feitas na Faculdade de Letras, são outras tantas demonstrações de delicada sensibilidade.

Os mestres, com grande alegria, assistem a êste movimento renovador da educação da juventude e insuflam-lhe entusiasmo; e, por acção directa em deliberações das Faculdades ou do Senado ou por influências pessoais junto dos poderes constituídos, fazem suas e com ardor as reivindicações académicas.

A ampliação do edifício da Associação Académica com tôdas as necessárias repartições; o Estádio, a Casa do Estudante, etc., a atmosfera pura de cultura e de vida social que aí se deseja se respire, se é anseio e aspiração de estudantes, também o é de professores. Tanto na Instrução como na Educação da mocidade académica, deseja a Universidade de Coimbra ser ainda a *UNIVERSITAS ESCHOLARIUM ET MAGISTRORUM*, como na época da fundação das primeiras universidades, a comunidade dos mestres e escolares, com destino à formação do profissional, do sábio, do investigador, do cidadão e do homem.

V

Universidade, factor na vida nacional e internacional

Se a Universidade portuguesa, como tôda a Universidade, deve visar a investigação científica dos problemas universais com o propósito de enriquecer o património científico e cultural da humanidade, também a ela não deve ser estranha a investigação científica dos problemas portugueses com o propósito de encontrar soluções que contribuam para o progresso material e espiritual do nosso povo.

É de extrema vantagem que todos os homens de ciência e de vasto saber tomem contacto com a vida real do país; que para êsse contacto se façam acompanhar do elemento estudantil mais inteligente e activo, para que em todos êles desperte o interêsse pelos nossos problemas tanto metropolitanos como coloniais, para que os seus talentos e capacidades rendam benefício efectivo para todo o povo do império português; e, se é difícil, à Universidade, entre nós, levar a todos os recantos do país as fontes do seu saber e do seu labor, como se pretende com os cursos de extensão universitária, já é fácil trazer o país até junto da Universidade, por intermédio das diversas carreiras universitárias e respectivas Faculdades e Escolas, como desde há poucos anos se vem fazendo, quasi ia a dizer, em esbôço, com os cursos de férias, cursos de aperfeiçoamento e de actualização de conhecimentos.

O rendimento actual é escasso, porque a sua utilidade ainda não penetrou bem a consciência de quem dêles poderia colher proveito.

Mas a Universidade deve também assumir uma posição activa e concreta ante a vida universal. Como princípio básico da sua ética não deve limitar-se apenas a desempenhar o papel de simples expectadora ante os problemas internos e internacionais, mas antes, aceitando o serviço social como dever, que cumpra ainda a missão de se erigir em centro consultivo aberto a tantas interrogações que queiram formular-lhe em demanda de conselhos e de auxílio no tocante a fontes de orientação científica, de planos de trabalho, etc. Veículo de aproximação e de contacto dos diversos povos, por meio do intercâmbio dos seus mais graduados valores e dos seus contingentes enviados em missão através do mundo, adaptando-se sem cessar às necessidades da vida, por um esforço igual e contínuo, siga a divisa que na essência deve ser comum a tôdas as Universidades: *Hic et ubique terrarum* para a irradiação do saber e integração da cultura.

A Universidade portuguesa é visitada a miúde por professores estrangeiros, cujas conferências e lições são motivo de arejamento intelectual e pedagógico, pelo convívio com representantes de outras culturas. Por sua vez, das nossas Uni-

versidades, muitos professores tem ido às estrangeiras revelar e enaltecer a fisionomia geral e particular da cultura nacional. Que a seiva da inteligência circule com mais vida e em todos os sentidos, só têm a lucrar as Universidades e as Nações. Nos grandes conflitos humanos, « entre os laços que ligam os povos, os do saber e da vida do espírito são os últimos a quebrar-se, como são os primeiros a reconstruir-se logo que volte a paz e a confiança ». Se o Instituto para a Alta Cultura tem sob o seu govêrno a direcção superior dêsse intercâmbio, fá-lo com elementos quási sempre universitários; às Universidades cumpre, por isso, a obrigação de lhe prestar a mais desvelada, desinteressada e eficaz colaboração.

Eis alguns problemas a respeito dos quais pouco mais faço que enunciá-los. Que quem possa os resolva para bem da Universidade portuguesa, para bem da Nação e... até das Nações.

II

Relatório

*(Lido em 16-X-1940 pelo Ex.^{mo} Reitor,
Doutor António Luiz de Moraes Sarmiento)*

EX.^{MOS} COLEGAS

ESTUDANTES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O trabalho cuja leitura ides ouvir é, cumulativamente, exigência da tradição e da lei. Só assim obrigado se compreende vos leia o que — eu convosco reconheço — é de si matéria agreste e até de enfado, sobretudo para quem, como a vós, o bêrço e a profissão conferiram ouvido e sensibilidade particularmente exigentes. Diz o nosso Vieira que em todos os males há um certo bem à mistura, e esse é, desta feita, para vós, o culto da paciência, para mim, o da obediência.

Manda o passado, e manda acertadamente, que, no dia de hoje, o Reitor, aludindo aos principais acontecimentos do ano findo — como que dê conta dos seus actos e propósitos. Eis por onde vou começar, na certeza de que serei extremamente breve.

Respeitámos e procurámos fôsse por todos respeitada a lei, não esquecendo que uma certa rudeza auditiva ou diminuição da acuidade visual são por vezes defeitos necessários, senão virtudes, a quem governa. Restaurámos velhos costumes, sempre que êles se nos afiguraram de vantagem e prestígio para a Universidade, e esforçámo-nos por conservar acêsa ou atear mesmo a chama sagrada do espírito universi-

tário. Zelámos, nem sempre com successo, mas sempre com amor e perseverança, os interêsses legítimos dos diferentes serviços. Lançámos os alicerces de instituições para-escolares, a que mais adiante nos referiremos, e acarinhámos e auxiliámos outras já existentes, como a Sociedade Filantrópico-Académica, o Teatro, o Orfeão e a Tuna. Na Associação Académica realizaram-se obras de urgente necessidade, e à sua direcção demos o apoio moral e material que nos foi solicitado ou reconhecemos dêle vir a precisar. Aos estudantes tratámos com indulgência, amizade e carinho — sem violências que envergonham quem as faz e quem as tolera, e sem aquelas transigências que deformam o carácter de quem delas beneficia. Esforçámo-nos por ser Reitor e homem — conciliar o dever com a bondade. Por vezes, quantas vezes, nos servimos do « não », mas só o fizemos, supomos, em condições em que o « não » era favor mais que o « sim ».

No sentido de radicarmos no espírito dos estudantes a noção de que a Universidade é a mãe de nós todos, recebemos no Paço das Escolas, em festa íntima, uns 70 rapazes, na presença do Ex.^{mo} Senhor Vice-Reitor e de nossas espôsas. Ainda hoje guardamos saúdosa recordação dessa inolvidável tarde, pois todos os convidados capricharam em demonstrar bem alto que eram estudantes de Coimbra.

Por várias vezes estive em festa a nossa veneranda Universidade no decurso do ano lectivo transacto, e sempre, diz-no-lo a consciência e afirmaram-no por escrito nacionais e estrangeiros, ela se houve por forma a mais se prestigiar. Aqui receberam em dia memorável as insígnias de « Doctor honoris causa » o Prof. Gemelli, magnífico Reitor da Universidade Católica de Milão, e o Prof. Fliche, decano da Faculdade de Letras de Toulouse. Aqui se realizaram as sessões comemorativas das Côrtes de Coimbra e da fundação da Universidade, e a inaugural do Congresso Medieval, decorrendo com brilho e elevação tais que foram motivo das mais elogiosas referências. Aqui se homenageou, hospedando-o em nossa casa, o grande estadista e homem de letras, actual Presidente da « Reale Academia d'Italia », Luigi Federzoni — que partiu para o seu país, segundo declarou a S. Ex.^a o Senhor Minis-

tro da Educação Nacional, levando Coimbra no coração; e aqui receberam o grau de Doutor 15 dilectos filhos da nossa « Alma Mater ».

SENHORES PROFESSORES E CARÍSSIMOS ESTUDANTES

Tudo o que vos enunciei e o mais que, com verdade, pudera enunciar-vos, é, fundamentalmente, obra de nós todos, ou antes, obra vossa. Sem o vosso precioso auxílio, a vossa leal colaboração, nada teríamos feito.

Vou terminar êste capítulo, mas não devo nem quero fazê-lo sem me referir, ao que, à falta de melhor expressão, se vem chamando a futura Cidade Universitária.

Por portaria de 28 de Agôsto de 1939 foi nomeada a comissão encarregada de elaborar o programa das obras a executar para tornar viável a maior das aspirações presentes da Universidade de Coimbra. Trabalhou-se com entusiasmo e fé — afanosamente — na elaboração dêsse programa, e a 28 de Fevereiro do corrente ano entregou aquela comissão a SS. Ex.^{as} os Senhores Ministro das Obras Públicas e Presidente do Conselho o seu parecer definitivo, parecer em que, sacrificando o ideal ao exequível, numa justa visão das realidades, se tiveram em conta as múltiplas necessidades dos diferentes serviços universitários e para-universitários.

Aos membros dessa comissão Senhores Professores Doutores José Alberto dos Reis, Anselmo Ferraz de Carvalho e Aristides de Amorim Girão, que, com a maior proficiência, invulgar bom senso e rara dedicação, me orientaram e acompanharam nessa árdua emprêsa, eu direi, na presença de todos vós: — muito obrigado.

Seria negra injustiça não recordar, neste lugar e neste momento, dois nomes: o de S. Ex.^a o Senhor Ministro das Obras Públicas e o de S. Ex.^a o Senhor Presidente do Conselho. No primeiro, técnico de superior visão, encontrámos os melhores propósitos de nos ser agradável e facilitar a tarefa de que fôramos incumbidos. No segundo, o Chefe cõscio das necessidades da Pátria, o amigo carinhoso e bom, o

homem de criterioso parecer, que por várias vezes nos ouviu, esclareceu e orientou.

Para fazerdes uma idéia aproximada dos seus juízos e intenções, vou citar-vos duas passagens de certo telegrama que fez o favor de me enviar.

« Sabe com que interesse tenho seguido trabalho comissão e grande desejo grande obra seja posta de pé, progresso, glória Universidade e sua maior acção — educação nacional novas gerações tão necessárias futuro Portugal ». E mais adiante: « Faço votos tudo corra medida desejo comum e possamos prazo não longo iniciar execução plano ». Se êsses votos se não realizaram ainda, é porque a guerra, com as suas trágicas conseqüências, o não tem permitido.

Lembremo-nos porém de que Salazar, que fez sua a divisa de que o silêncio é a escola onde se aprende a bem falar, tomou já posição, o que deve inspirar confiança a todos.

* * *

Até aqui seguimos o disposto na legislação consuetudinária; vejamos agora o que manda o nosso Estatuto.

Dispõe êle que na sessão solene de inauguração dos trabalhos escolares o Reitor leia um relatório em que se pronuncie sobre o estado geral do ensino, a vida da Universidade e as suas mais imperiosas necessidades.

A meu ver, esta disposição não é feliz. Há na vida das Escolas, como na dos homens, ao lado de gestos de rara beleza moral, outros de jaez diferente, e alguns até só compreensíveis à luz da condição humana de quem os pratica.

Referir uns e esquecer outros, é parcialidade que a lei não deve permitir; encará-los a todos, e a todos comentar em sessões desta natureza, é falta que, possivelmente, o legislador não deseja se pratique.

* * *

Versar todos os assuntos a que o Estatuto se refere, seria menosprezar os vossos direitos de ouvintes. Vou pois referir-me apenas a alguns dêles, e rápidamente preferindo os

que têm sido até hoje descurados, e considero de importância basilar para o futuro da Universidade: a educação moral e física dos estudantes, protecção moral dos alunos, subsídio para estudos, inspecção médica periódica, assistência médica e assistência post-escolar.

Bem entendido que o que vou dizer-vos não é um estudo completo da questão, mas apenas um grito de alarme, o alvoroçar das consciências, focando problemas e propondo soluções, a maioria delas provisórias.

Esta atitude de silêncio, em relação às demais obrigações impostas por lei, não quiere dizer concordância ou sequer transigência.

A legislação vigente, no que diz respeito ao Ensino Superior, não satisfaz, e os múltiplos despachos que a têm alterado são mais reveladores da bondade dos homens que do propósito de realizar obra útil. Em meu critério, as leis actuais sofrem por via de regra da pecha de se ter considerado a complexidade como virtude, a especialização como finalidade das Universidades, a cultura geral, valor de somenos importância, e as obrigações escolares, obrigações únicas dos estudantes — donde trabalhar-se muito e saber-se pouco.

As instalações universitárias, na sua quási totalidade, também são deficientes, e clamam se lhes valha sem demora. Outro é, porém, hoje, como vos disse, o meu fito.

Educação moral. De preferência a centros de alta cultura ou de investigação científica, devem as Universidades, no trágico momento em que vivemos, ser centros de educação moral. Eis a missão primacial, e a mais nobre, das Universidades.

Em verdade, se analisarmos a pavorosa crise de que sofre a humanidade, a razão de ser das suas privações, do seu luto, das suas lágrimas, da sua fome e da sua miséria, veremos que, em grande parte, essa crise social é filha da crise política e esta da imoralidade dos homens. Só educando as novas gerações, regeneraremos o presente. Se assim é — e é — furtarmo-nos sob qualquer pretexto a entrarmos na luta, é atitude condenável por anti-patriótica e anti-social.

A Universidade de Coimbra, secular templo votivo à Pátria e velha escola de formação de carácter, tem na actual emer-

gência responsabilidades especiais. Por isso lhe incumbe dar o grito de alarme e iniciar sem demora tão salutar campanha, verdadeira campanha nacionalista. É necessidade imperiosa que os académicos actuais sejam portugueses nas idéias, portugueses nas acções, portugueses da ala de Salazar. Já Aristóteles disse: «A educação deve servir o Estado que a ministra». Os estudantes de Portugal, de Portugal restaurado, devem ser educados na escola da tradição e à sombra da Cruz. Durante 18 séculos, escreveu alguém e alguém aqui presente o transcreveu, o que houve de melhor, de mais heróico, de mais humilde ou de mais altivo no homem, é obra do cristianismo; e nós podemos acrescentar que as horas mais belas da nossa história, as vivemos, nós portugueses, com Deus nos lábios, com Deus no coração.

Será êrro, Senhores, haverá inconveniência ou sequer imprudência em seguir, ou aconselhar se siga, aquela doutrina que fez dos nossos maiores, homens de antes quebrar que torcer?

Julgo que não. Depois, a educação católica é a única que compreendem corações lusitanos, a única susceptível de os conduzir à perfeição moral.

Os livres pensadores, legião ainda ao tempo da minha mocidade, êsses filhos dilectos do enciclopedismo, nem sequer podiam educar! Educar é, meus Senhores, por definição, levar cada um a antepor os interêsses colectivos aos interêsses individuais, e o individualismo foi a grande conquista daquêles visionários iconoclastas.

Neste momento, em que sadio sôpro vindo dum passado de glória desperta e remoça a consciência nacional, ensinemos os novos a amar o próximo, a ser bons, alegres, indulgentes, leais, generosos, altruístas e verdadeiros, a não se arrecearem dos sofrimentos, a enfrentarem corajosamente a adversidade. Digamos-lhe que as privações não abatem, mas estimulam, o homem que é homem. Se, como disse Bernardes, o carácter dos portugueses de antanho tinha fina têmpera, é porque foi caldeado com água de lágrimas e o fôgo do amor!

Consagremos à nossa missão o melhor do nosso esforço, do nosso entusiasmo e da nossa Fé, se tivermos a felicidade

de a possuir. Que, pela palavra e pelo exemplo, na aula, fora da aula, ou por intermédio das instituições para-escolares, rompendo com prejuízos e respeitos humanos, com os olhos postos na Pátria, nos altos interesses da Pátria, o professor de Coimbra aponte e aconselhe como a mais bela, a mais sublime, a mais consoladora das vidas — a vida espiritual. Dir-me-eis, estudantes, que viver de tal sorte, custa, cansa e até enfada.

Lembrai-vos, meus amigos, que a vida é sacrifício, que a vida é luta e que as feridas surgem a cada instante. Se alguém vos afirmar o contrário é porque volta as costas à verdade.

De resto, sofrerá menos aquêle que tiver aprendido a sofrer. E depois... aquela é a moeda com que se compra a melhor das fortunas, a suprema ambição das almas bem formadas, a paz da consciência. Segui por isso para conveniência vossa, e da Pátria, aquela sã moral, e tereis por pouco o que é de raro preço.

Para que esta obra de moralização, a que, de pronto, devemos abalançar-nos, crie profundas e fortes raízes, ouso alvitrar: a) que na caderneta escolar de todos os estudantes se lancem informações relativas à sua educação moral; b) que os subsídios a que adiante nos referiremos se distribuam de harmonia com as qualidades morais dos candidatos; c) que o Govêrno, corpos administrativos e outras instituições dêem preferência, nos seus concursos ou nomeações, aos mais dignos, aos de mais sã moral, aos de mais fino carácter.

Educação física e desportos. Se, cuidar da educação moral dos estudantes é, na hierarquia dos fins universitários, o primeiro dêsses fins, importância não secundária nos deve merecer a sua educação física e os desportos; e, no entanto, nada ou muito pouco se tem feito, ou pelo menos bem feito. Existem, é certo, louváveis iniciativas, mas essas, parcelares, sem coordenação, sem direcção, sem fiscalização, sem fundos próprios, sem locais convenientes, e por isso caíram no insucesso ou resvalaram no profissionalismo. Em vez do desenvolvimento harmónico do corpo, dum melhor funcionamento dos órgãos, da educação da juventude, conferindo-lhe espírito de iniciativa, sentido de responsabilidade, juízo crítico, e tor-

nando-a mais alegre, mais indulgente, mais generosa, mais unida, mais senhora dos seus impulsos e mais forte no querer, — o que se tem visto é a desportomania, de bem tristes conseqüências, por vezes.

É necessário pensar a sério na educação física dos universitários e na organização dos desportos, mas de todos os desportos. Aproveitemos essa fôrça educativa e de robustecimento da raça, e ainda essa modalidade de trabalho das poucas possíveis em meios universitários. O trabalho nas Universidades, mesmo que não tenha aquela finalidade ético-social, que seria de ambicionar e que a legislação italiana visa, sem de resto atingir o seu fim, na « Carta della scuola », será sempre o mais salutar remédio contra males que assediavam a mocidade, e o mais seguro companheiro no dia de amanhã. Os deuses vendem-nos todos os bens ao preço do nosso trabalho — diz Xenophonte (citação de Gonçalves Cerejeira, « Clenardo »).

Protecção moral das alunas. São muitos — para que mencioná-los? — os perigos que, em princípio, correm as alunas universitárias. Preveni-los é nosso indeclinável dever.

Enquanto não dispusermos duma residência feminina, como alvitramos no « Programa da futura Cidade Universitária », de preços módicos, confortável, higiénica, oferecendo sólidas garantias de ordem moral e religiosa, dentro e fora de casa, êste candente problema não poderá ser satisfatòriamente resolvido. Como medida provisória, afigura-se-nos ser de aconselhar que ao Reitor ou a alguém em que êle delegue sejam concedidos poderes e meios para realizar essa obra de protecção e amparo que as circunstâncias aconselham e as mães portuguezas desejam.

Subsídios para estudos. Neste momento, em que as fortunas escasseiam e os remediados de ontem se tornaram pobres, e em que os valores intellectuais e morais constituem riqueza nacional que importa aproveitar, surge, como conseqüência lógica, a obrigação de criar fundos académicos bem providos em favor dêsses infelizes, permitindo-lhes trabalhar libertos de preocupações económicas. Não sou partidário do subsídio-esmola; prefiro-lhe o subsídio-empréstimo. É mais digno,

mais educativo e mais humano. Também em meu parecer o subsídio não deve ser parcial. As meias soluções são sempre más soluções. Mais vale subsidiar poucos, mas eficazmente, que muitos e insuficientemente. Que, nos dois últimos anos do seu curso, os alunos excepcionalmente bons e de irrepreensível conduta e são carácter, embora remediados, possam, mesmo para completar a sua educação cultural ou realizar trabalho útil ao país, contrair empréstimos um pouco mais avultados. Com Maurice Barrès, eu creio que, se não temos em nossas mãos o poder de criar o génio, podemos, no entanto, criar as condições propícias a que os génios surjam à luz do dia.

Honra-se a Universidade de Coimbra em possuir há cerca de cem anos uma instituição de benemerência, de nobilíssimas tradições.

A Sociedade Filantrópico-Académica, devidamente reorganizada, afigura-se-nos ser entidade competente para realizar aquela missão social. Mas esta Sociedade, apesar dos esforços sobrehumanos de meia dúzia de rapazes, não dispõe hoje de mais de uma dúzia de contos para ir em socorro de todos os estudantes pobres! Que miséria, meus Senhores, e que vergonha para nós, antigos estudantes de Coimbra, pais adoptivos dos académicos de hoje!

Eu apelo para o Conselho de família aqui reunido e solicito a sua preciosa colaboração. Mãos à obra, vinde todos comigo, a união faz a fôrça! E, alumiados pela saúde e aquecidos pelo amor do que fomos, iremos de longada por êsse país fora, bateremos ao de leve à porta de quantos passaram por esta Coimbra bem amada, um pouco mais forte se a fortuna os bafejou, e pedir-lhes-emos em nome da nossa *Alma Mater*, como favor, mas com fervor: vinde sem delonga auxiliar a Academia de Coimbra.

Por mim, confio inteiramente no sucesso da jornada. Confiança é meio triunfo.

E confio porque, nesta hora que passa, a humanidade se vai convencendo de que o supérfluo lhe não pertence, e de que, na iminência de tudo perder, perderá menos, menos tendo; e confio, acima de tudo, porque quem passou por

Coimbra, e vestiu uma capa e batina, adquiriu o pendor de conjugar os verbos dar e amar, apenas no presente do indicativo.

Mãos à obra, repito, meus Senhores, e que a sessão de hoje seja o prefácio dessa obra. A *élite* intelectual e moral, mas pobre, dos nossos estudantes, aguarda o vosso auxílio; e a Pátria, ansiosa, aguarda que essa *élite* se forme.

Inspecções médicas periódicas. São tão flagrantes as vantagens que para o indivíduo e a sociedade advêm destes exames, que mal se compreende êles se não venham realizando há muito tempo! Esta é, a meu ver, uma prova a mais de quão estranho e paradoxal é o homem nas suas atitudes. Sabe por via de regra o que quere, e por via de regra não quere o que sabe. Considera a saúde o maior dos bens e maltrata-a a tôdas as horas. Almeja morrer de velho e nem sequer morre — mata-se. Vistoria-se uma máquina, uma ponte, um *chassis*, e não se vistoria o homem causa de tôdas aquelas vistorias!

É preciso que a mocidade saiba que mais do que tratar da doença, importa cuidar da saúde. Que a mocidade o saiba e actue em consequência. De resto, muitas vezes atrás duma aparente saúde, escondem-se situações mórbidas, que jugularemos tanto mais facilmente, quanto mais precoce fôr o seu diagnóstico.

Os exames médicos periódicos, concorrendo para o avigoroamento do indivíduo e da raça, devem ser obrigatórios para todos os alunos da Universidade.

Assistência médica. A maioria dos nossos estudantes, vinda de camadas sociais sem recursos, entrega-se à Providência e despreza a doença. Consentir que perdure êste estado de coisas, é anti-cristão, anti-patriótico e anti-universitário. Proporcionemos aos estudantes, independentemente dos seus recursos, assistência no consultório, no domicílio, no hospital e nos sanatórios. Os pobres são, como os ricos, filhos de Portugal. Que a Universidade seja, para todos, mãe.

A-fim de êste problema ser solucionado, embora provisoriamente, tem o Govêrno de providenciar, à semelhança do que fez em tempos idos, no sentido de nos Hospitais da Uni-

versidade se criarem instalações apropriadas para académicos, e de o Reitor possuir poderes para abonar a pobreza dos estudantes.

Satisfeita que seja essa condição, dispondo Coimbra, como dispõe, da colaboração desinteressada do corpo clínico universitário, poder-se-ão organizar desde já, sofrivelmente, os serviços de assistência.

De futuro, convirá conferir-lhes condições de maior eficiência e estabilidade, e, para isso, ou o Estado terá de organizar êsses serviços, ou determina que, no acto da inscrição, seja cobrada certa quantia destinada às instalações para-escolares, e donde possa distrair-se o suficiente para seguro contra doença. Talvez uma solução eclética seja a mais de aconselhar, entre nós.

Assistência post-escolar. Um dos males e não dos menores da presente crise social é o desemprego dos bacharéis. A braços com a adversidade, não possuem muitos dêles a tèmpera de carácter bastante para a suportar com resignação e levar de vencida. A cultura que o Estado lhes facultou, a utilizam êles contra o mesmo Estado! E lá recruta a sociedade uma parte dos maldizentes, dos cétricos e até dos indesejáveis e dos revolucionários. Sarcasmo do destino, pois o que, como já dizia Lamartine, devia constituir um título de glória da pátria, torna-se seu flagelo!

Eis porque as Universidades devem preocupar-se com a protecção dos seus alunos nos primeiros passos da vida post-escolar, e concorrer assim para a solução do magno problema « desemprego dos bacharéis ».

O Estado, tornando obrigatórios os exames de admissão para todas as Faculdades, providenciando no sentido de certos lugares serem apenas acessíveis a bacharéis, criando determinados organismos corporativos, e legislando sôbre acumulações, iniciou, embora sem retumbante successo, a luta contra essa modalidade de desemprego. Não se me afiguram de grande vantagem certas soluções aconselhadas por êsse mundo fora, tais como: aumento de despesas com matrículas e inscrições; o *numerus clausus*; a redução do tempo de serviço; a limitação dos direitos da mulher a concorrer a emprê-

gos públicos quando casada, etc. etc.. Julgamos porém que uma acção combinada dos serviços de estatística com as Universidades, poderia, à sombra dos princípios gerais da lei da oferta e da procura, orientar os novos no sentido de optarem por carreiras onde a colocação seria ainda fácil, ou pelo menos mais fácil. Desta sorte, far-se-ia economia de dinheiro e tempo e, mesmo quando todas as portas estivessem fechadas, deixar-se-ia aos interessados, agora esclarecidos, a responsabilidade da escôlha. Quere-nos ainda parecer que as Universidades deviam intervir mais directamente na solução dêste problema: conseguindo dos antigos alunos, já lançados na vida, protecção e amparo para os novos bacharéis, nos seus escritórios, nos seus consultórios, etc.; procurando novos campos de actividade para os seus diplomados; pondo-se em contacto com o Govêrno, corpos administrativos, casas industriais e outras emprêsas, a-fim-de, numa justa compreensão dos interêsses mútuos, obter colocação para os mais dignos e mais competentes.

E porque, em meu critério, o problema do desemprego dos bacharéis é, em grande parte, uma consequência da mentalidade das novas gerações, entendo que às Universidades compete ainda cooperar na resolução dêsse problema, educando-as e orientando-as. A geração actual poucas vezes se contenta com a sorte que Deus lhe deu, e, numa ânsia insatisfeita de ascensão social, deseja constantemente mais e melhor.

Pobre, só cuida de enriquecer, e, com mira nos fins, não cura dos meios. Rico, logo cria novas fontes de despesa, e a curto espaço de tempo, ei-lo como se fôra pobre, pois o muito é agora nada. Poucos querem ganhar o pão com o suor do seu rosto, e a maioria foge da aldeia, onde poderia viver sofrivelmente, para cair na cidade, onde supõe o aguarda a abastança, mas onde na realidade o espreita a miséria. No fundo, foi a sedução dos prazeres, do luxo, do conforto, da vida fácil, que o levava a abandonar a terra que lhe serviu de bérço. Mas, dinheiro e demais motivos são miragem que logo se esvai, volvendo-se em causa de maior mal. Eis onde os leva a carência de moral religiosa. Que os novos saibam, jamais esqueçam, que pobres sempre existiram e existirão,

que há maiores bens que os bens materiais, e que a felicidade de cada um depende da sua adaptação à sorte que Deus lhe deu. Por isso — que o tenham sempre presente — o grande remédio para o desemprego é menos ambições e mais trabalho, menos protestos e mais resignação, mais confiança em si, mais amor à terra, à família, à Pátria e a Deus.

Eis, Senhores Professores e Estudantes, uma série de problemas que nem sequer têm sido formulados entre nós, mas que, todos comigo convireis, importa resolver sem demora.

É certo que no decurso do último ano lectivo, mercê da boa vontade dum grupo de professores e assistentes da Faculdade de Medicina e dos Ex.^{mos} Senhores Presidente da Junta de Província da Beira Litoral e Director dos Hospitais da Universidade, se puseram a funcionar os serviços de « exame médico periódico e gratuito » e de assistência domiciliária e sanatorial e, com certas restrições, hospitalar.

Reparai, Senhores, que ainda não tinham sido observados duzentos alunos, e já cinco diagnósticos de tuberculose cavitária haviam sido feitos, e que êstes rapazes ainda no dia anterior ignoravam completamente o seu mal! Felizmente poucos dias depois todos se encontravam sanatorizados, e gratuitamente, porque eram pobres. Também durante êsse ano abriu a Sociedade Filantrópico-Académica um restaurante que conseguimos fôsse subsidiado pelo Ministério da Educação Nacional. Lá foram servidas refeições, de confiança e por preço módico, a quantos o quiseram, e lá se sentaram alguns rapazes pagando muito pouco ou mesmo nada. Deram-se ainda os primeiros passos para se obterem meios para o fundo académico a que nos referimos e, com êxito que muito nos sensibilizou, se bateu à porta da indústria, comércio e bancos locais. Hoje, depois de gastas algumas quantias ao abrigo do plano estabelecido, ainda nos restam cêrca de 17.000\$00.

Tudo o que está feito se destina, porém, a estiolar, e o tempo gasto a tornar-se tempo perdido, se esta obra continuar sendo obra de um só. Unamo-nos todos e esforcemo-nos por organizar êsses serviços por forma a garantir-lhes não só o presente como também o futuro.

* * *

Creio, todos compreendestes já, que uma das razões — a principal — desta imponente reunião familiar, foi o veemente desejo de que ela coincida com o alvorecer duma época em que a Universidade, integrando-se no momento social em que vivemos, volte a ser, como o foi no passado, verdadeira corporação de Professores e Estudantes.

Eis, meus Senhores, finda a leitura do trabalho que lei e tradição me impuseram, e em que procurei conciliar os vossos interesses, os da Universidade e o dever. Por isso êle me saíu longo de mais para cerimónias como esta, e breve em demasia para versar como desejava assuntos de tanta magnitude. Reconheço o insucesso, mas a verdade é que não pude ou não soube eximir-me a êle.

Ouve-se com freqüência, lá por terras transmontanas, uma quadra popular cujos primeiros versos rezam assim:

O amor que a dois ama
Eu com êle tenho má fé...

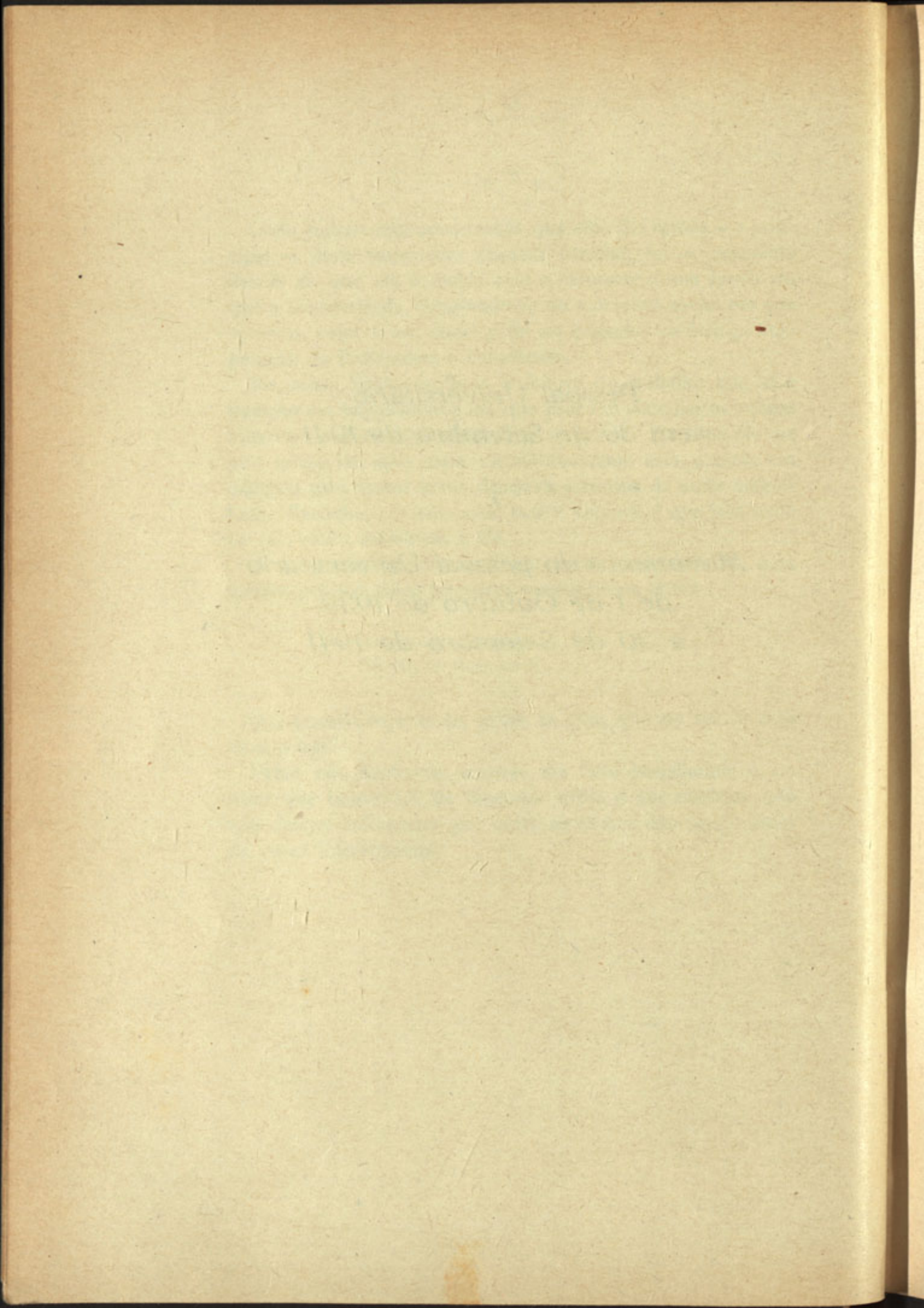
Que poderia esperar eu, pobre de mim, que em vez de dois amei a três!

Evitai vós, Senhores, incorrer em falta semelhante, e, no juízo que houverdes de formular sôbre o que ouvistes, não vos deixeis influenciar por outro amor que não seja o amor da vossa Universidade.

*Pessoal Universitário
em 30 de Setembro de 1941*

I

*Movimento do pessoal Universitário
de 1 de Outubro de 1939
a 30 de Setembro de 1941*



Assemblea Geral da Universidade

PRESIDENTE

Vice-Reitor, em exercicio — Dr. Maximino José de Moraes Correia.

VOGAIS

Professores catedráticos:

FACULDADE DE LETRAS

Dr. João da Providência Sousa e Costa, *director da Faculdade.*
Dr. Joaquim de Carvalho.
Dr. Carlos Simões Ventura.
Dr. Ferrand Pimentel de Almeida (1).
Dr. Aristides de Amorim Girão.
Dr. Damião António Peres.
Dr. Joseph Maria Piel.
Dr. Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves.

FACULDADE DE DIREITO

Dr. José Beleza dos Santos, *director da Faculdade.*
Dr. José Alberto dos Reis.
Dr. Manuel Paulo Merêa (2).
Dr. Domingos Fézàs Vital (3).
Dr. António de Oliveira Salazar (4).
Dr. Luiz Cabral de Oliveira Moncada.
Dr. Mário de Figueiredo (5).

(1) Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

(2) Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em comissão nesta.

(3) Em comissão de serviço na Faculdade de Direito de Lisboa.

(4) Presidente do Conselho e Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

(5) Ministro da Educação Nacional.

Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra (1).
Dr. João Pinto da Costa Leite (2).
Dr. José Carlos Martins Moreira.
Dr. Fernando Andrade Pires de Lima.
Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.
Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro.

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa, *director da Faculdade*.
Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.
Dr. Elísio de Azevedo e Moura.
Dr. Álvaro de Almeida Matos.
Dr. João Emílio Raposo de Magalhães (3).
Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.
Dr. João Duarte de Oliveira.
Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.
Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.
Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.
Dr. João Marques dos Santos.
Dr. Egídio da Costa Aires de Azevedo.
Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.
Dr. Lúcio de Almeida.
Dr. António Meliço Silvestre.
Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. João Pereira da Silva Dias, *director da Faculdade*.
Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.
Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.
Dr. Diogo Pacheco de Amorim.
Dr. José Custódio de Moraes.
Dr. José Vicente Martins Gonçalves.
Dr. Manuel Marques Esparteiro.
Dr. Mário Augusto da Silva.
Dr. Manuel dos Reis.
Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.
Dr. João Rodrigues de Almeida Santos.

(1) Ministro da Justiça.

(2) Ministro das Finanças.

(3) Equiparado a bolseiro do Instituto para a Alta Cultura.

Dr. Abílio Fernandes.
 Dr. António Jorge Andrade de Gouveia.
 Dr. Luiz Beda de Sousa Tavares Neto.

Professores efectivos:

ESCOLA DE FARMÁCIA

Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz, *director da Escola*.
 L.^{do} Guilherme de Barros e Cunha.
 L.^{do} José Ramos Bandeira.

Representante dos professores auxiliares, agregados e livres:

FACULDADE DE LETRAS

Dr. Manuel Trindade Salgueiro.

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Alberto Cupertino Pessoa.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

B.^{el} Américo Viana de Lemos.

Representantes dos assistentes:

FACULDADE DE MEDICINA

L.^{do} Mário Eduardo Tavares de Sousa.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

B.^{el} António Armando Temido.

Representantes dos estudantes: (1).

FACULDADE DE LETRAS

FACULDADE DE DIREITO

(1) Suspensa a representação dos estudantes por ordem de serviço de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, de 6 de Novembro de 1936.

FACULDADE DE MEDICINA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

ESCOLA DE FARMÁCIA

SECRETÁRIO

Secretário da Universidade — L.^{do} João Alexandre Ferreira de Almeida (1).

(1) Chefe do gabinete de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional.

Senado Universitário

PRESIDENTE

Vice-Reitor, em exercício — Dr. Maximino José de Moraes Correia.

VOGAIS

Director da Faculdade de Letras — Dr. João da Providência Sousa e Costa.

Director da Faculdade de Direito — Dr. José Beleza dos Santos.

Director da Faculdade de Medicina — Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

Director da Faculdade de Ciências — Dr. João Pereira da Silva Dias.

Director da Escola de Farmácia — Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz.

Delegado dos professores catedráticos da Faculdade de Letras — Dr. Aristides de Amorim Girão.

Delegado dos professores catedráticos da Faculdade de Direito — Dr. José Carlos Martins Moreira.

Delegado dos professores catedráticos da Faculdade de Medicina — Dr. João Marques dos Santos.

Delegado dos professores catedráticos da Faculdade de Ciências — Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.

Delegado dos professores efectivos da Escola de Farmácia — L.^{do} Guilherme de Barros e Cunha.

Representante dos professores auxiliares, agregados e livres da Universidade — Dr. Manuel Joaquim Bruno da Costa.

Representante dos assistentes da Universidade — Dr. Tristão Ildio Ribeiro.

Representante dos estudantes (1).

SECRETÁRIO

Secretário da Universidade — L.^{do} João Alexandre Ferreira de Almeida (2).

(1) Vid. nota da pág. 43.

(2) Vid. nota da pág. 44.

Reitoria,
Secretaria, Tesouraria e Gerais

REITORIA

Reitor

Vago.

Vice-Reitor

Dr. Maximino José de Moraes Correia.

SECRETARIA

Secretário

L.^{do} João Alexandre Ferreira de Almeida (1).

Aspirante

Joaquim da Silva Gomes.

Contínuo de 1.^a classe

Mário Rodrigues.

1.^a SECÇÃO — SERVIÇOS DE EXPEDIENTE GERAL

1.^o oficial

Alfredo Marques Manso.

2.^o oficial

B.^{el} Rui António de Sousa Machado (2).

3.^o oficial

João Ramos (3).

(1) Vid. nota da pág. 44.

(2) Suspenso de exercício e vencimentos por despacho ministerial de 19-7-1937.

(3) Idem por despacho reitoral de 25-2-1937.

Aspirante

Vago.

Continuo de 2.^a classe

António Barata.

2.^a SECÇÃO — SERVIÇOS DE CONTABILIDADE*1.^o oficial*

José Henriques de Sousa Sêco (1).

2.^o oficial

Joaquim Marques dos Santos (1).

3.^{os} oficiais

António Arsene Antunes.

Francisco José da Silva Carvalho Reis de Sousa Sêco.

Aspirantes

Diamantino Ramos.

L.^{do} Carlos Ferreira Pimentel.

Vago.

Continuo de 1.^a classe

Júlio Esteves Mascarenhas.

PESSOAL DA SECRETARIA, ALÉM DO QUADRO

2.^o oficial

Carlos Ribeiro Raposo (2).

Aspirantes

Joel Esteves Mascarenhas (3).

António dos Reis Antunes Vaz (3).

Amadeu Ferreira (3).

António Patacas (3).

(1) Vid. nota 3 da pág. 46.

(2) Colocado neste lugar por portaria de 20 de Janeiro de 1938, ao abrigo do decreto-lei n.º 28.423, de 18 de Janeiro de 1938.

(3) Contratado ao abrigo do decreto-lei n.º 28.213, de 23 de Novembro de 1937.

PESSOAL EM COMISSÃO NA SECRETARIA

Miguel José Claro da Fonseca, 3.º oficial da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

Lisette Figueira, 3.º oficial da Escola do Magistério Primário de Coimbra.

TESOURARIA*Tesoureiro*

António Justino da Costa (1).

Rogério Nogueira de Carvalho (2).

Servente

António Pereira.

GERAIS*Guarda-mor*

António Joaquim de Seíça Guedes.

*Archeiros**Archeiros de 1.ª classe*

Manuel da Silva Feitor.

José Maria da Costa Guardado.

Manuel Joaquim Marques.

António da Costa Domingues.

José Ferreira Caetano.

Archeiros de 2.ª classe

António Maria Correia Cardoso.

Teotónio Lourenço.

Joaquim Pereira de Magalhães.

António dos Reis.

Augusto Neves Diogo.

Germano Correia de Oliveira.

(1) Vid. nota 3 da pág. 46.

(2) Encarregado, interinamente, do desempenho das funções de tesoureiro.
Portaria de 25 de Julho de 1938.

Arquivos

Mário Ferreira.
Manuel Coutinho Victorino.
Silvino Teixeira da Silva.

Guardas

Joaquim Rodrigues.
Maria Emília da Encarnação.

Biblioteca Geral

Director

Dr. Damião António Peres.

1.º Bibliotecário

Vago.

2.º Bibliotecário

L.º César Joaquim da Silva de Oliveira Pegado.

3.ºs Bibliotecários

Gabriel da Cunha Santos.

L.º Abel Lopes Martins de Almeida e Sousa.

Aspirante

José Adelino Colaço Mendes de Vasconcelos.

Contínuo de 1.ª classe

José Maria dos Santos.

Contínuos de 2.ª classe

Francisco Carlos de Paiva.

Luiz Bastos Marques.

Guarda de 2.ª classe

Pedro dos Santos.

Servente

José Saraiva.

Faculdade de Letras

DIRECTOR

Dr. João da Providência Sousa e Costa.

SECRETÁRIO

Dr. Joaquim de Carvalho.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Aristides de Amorim Girão.

PESSOAL DOCENTE

1.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS FILOLÓGICAS

1.º Grupo — Filologia clássica

Professores catedráticos

Dr. Carlos Simões Ventura.

Dr. Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves (*contratado*).

Vago um lugar.

Professores auxiliares

Vagos dois lugares.

2.º Grupo — Filologia românica

Professores catedráticos

Dr. Eugénio de Castro e Almeida (1).

Dr. Joseph Maria Piel (*contratado*).

Vago um lugar.

(1) Atingiu o limite de idade em 4 de Março de 1939.

Professores auxiliares

Dr. Manuel de Paiva Boléo (*contratado*).
L. do Álvaro Júlio da Costa Pimpão (*contratado*).

Professor prático de línguas vivas

Jean Jacques Rousé (*contratado*).

3.º Grupo — Filologia germânica

Professores catedráticos

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida (1).
Dr. João da Providência Sousa e Costa.

Professores auxiliares

L. do António Augusto Rodrigues (*contratado*).
L. do Paulo Manuel Pires (*contratado*).

Professor prático de línguas vivas

Leonard Stephen Downes (*contratado*).
Dr. Albin Eduard Andreas Beau (*contratado*).

2.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS
E FILOSÓFICAS

4.º Grupo — Ciências históricas

Professores catedráticos

Dr. Damião António Peres.
Vago um lugar.

Professores auxiliares

Dr. Manuel Lopes de Almeida (*contratado*) (2).
Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão (*contratado*).

(1) Vid. nota 1 da pág. 41.

(2) Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional.

5.º Grupo — Ciências Geográficas

Professores catedráticos

Dr. Aristides de Amorim Girão.

Vago um lugar.

*Professor auxiliar*L.º Orlando da Cunha Ribeiro (*contratado*).

6.º Grupo — Ciências filosóficas

Professores catedráticos

Dr. Joaquim de Carvalho.

Vago um lugar.

*Professor auxiliar*L.º Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa (*contratado*).

3.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Professor catedrático

Vago.

Professor auxiliar

Vago.

4.ª SECÇÃO

CADEIRAS ANEXAS

Professor de Estética e História da Arte

Dr. Vergílio Correia Pinto da Fonseca.

Professor de História da Música

Vago (1).

(1) Decreto-lei n.º 27.276, de 24-11-1936:

« Art. 1.º Enquanto não fôr provido definitivamente o cargo de professor da cadeira anexa de História da Música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poderá o reitor contratar, mediante parecer favorável do

Professor de Língua Hebraica

Dr. António Pinto de Carvalho (*contratado*).

Professor de Estudos Brasileiros

Vago.

||

CURSO DE FÉRIAS

Secretário

Dr. Torquato Brochado de Sousa Soares.

||

PROFESSORES DE OUTRAS FACULDADES ENCARREGADOS
PROVISORIAMENTE DA REGÊNCIA DE CADEIRAS OU
CURSOS NA FACULDADE DE LETRAS

Cadeira de Geografia Colonial Portuguesa

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, *professor catedrático da Faculdade de Ciências.*Cadeiras de Psicologia Geral
e Psicologia Escolar e Medidas MentaisDr. Maximino José de Moraes Correia, *professor catedrático da Faculdade de Medicina.*

Curso de Etnologia

Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, *professor catedrático da Faculdade de Ciências.*

Cadeira de Geografia Geral e Paleografia

Dr. José Custódio de Moraes, *professor catedrático da Faculdade de Ciências.*

conselho escolar daquela Faculdade, individuo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade ».

Nos termos deste artigo foi contratado Manuel Raposo Marques para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica.

Cadeira de Psicologia Experimental

Dr. José Augusto Correia de Oliveira, *professor auxiliar da Faculdade de Medicina.*

||

PROFESSOR CONTRATADO ALÉM DO QUADRO PARA A REGÊNCIA DAS CADEIRAS DE FILOSOFIA

Dr. Émile Planchard.

||

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE MEDICINA ENCARREGADO, DE HARMONIA COM O ART. 6.º DO DECRETO N.º 18:795, DA REGÊNCIA DA CADEIRA DE HIGIENE ESCOLAR

Dr. António Meliço Silvestre.

||

PROFESSOR AUXILIAR CONTRATADO PARA A REGÊNCIA DA CADEIRA DE ARQUIVOLOGIA E ARQUIVO-ECONOMIA, DO CURSO DE BIBLIOTECÁRIO ARQUIVISTA

Dr. Torquato Brochado de Sousa Soares.

||

PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, AUXILIAR E MENOR

2.º Conservador

Plínio de Abreu e Vasconcelos.

3.ºs Conservadores (1)

Francisco França Amado Júnior.
L.º Francisco de Silveira Morais.

(1) Em serviço nos Institutos Estrangeiros.

Aspirante

José Pinheiro de Campos.

Bedel

José da Cruz e Silva.

Contínuos de 1.ª classe

Joaquim de Campos Calhau (1)

João de Melo.

António dos Santos Bernardino.

Contínuos de 2.ª classe

Vergílio Pirês da Silva.

Manuel Luiz de Oliveira Peça.

Guarda

Manuel Pereira dos Santos.

(1) Aguarda aposentação.

Estabelecimentos da Faculdade de Letras

Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos

(Instituto de investigação científica)

Director

Dr. Damião António Pêres.

Instituto Alemão

Director

Dr. João da Providência Sousa e Costa.

Secretário

Dr. Albin Eduard Andreas Beau.

Instituto Francês

Director

Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

Secretário

Jean Jacques Rousé.

Instituto Inglês

Director

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

Secretário

Leonard Stephen Downes.

Sala Italiana

Director

Dr. Manuel Paiva Boléo.

Professor do Curso Livre de Língua e Cultura Italiana

Dr. Leo Pessina.

Sala Espanhola

Director

Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

Instituto Brasileiro

Director

Dr. Francisco da Luz Rebêlo Gonçalves.

Laboratório de Psicologia Experimental

Director

Dr. Joaquim de Carvalho.

Laboratório de Fonética Experimental

Director

L.^{do} Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

**Estabelecimento
anexo à Faculdade de Letras**

Arquivo e Museu de Arte

Director

Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão.

3.º Conservador

António Gomes da Rocha Madal.

Aspirante

Décio Urbano da Rocha de Antas.

Servente

Joaquim Jorge da Silva.

Guarda

António da Costa Rodrigues.

Faculdade de Direito

DIRECTOR

Dr. José Beleza dos Santos.

SECRETÁRIO

Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Manuel Paulo Merêa.

PESSOAL DOCENTE

1.º GRUPO

CIÊNCIAS HISTÓRICAS

Professores catedráticos

Dr. Luiz Cabral de Oliveira Monçada.

Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra (1).

Vago um lugar.

Professor auxiliar

Vago.

2.º GRUPO

CIÊNCIAS ECONÓMICAS

Professores catedráticos

Dr. António de Oliveira Salazar (2).

Dr. João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) (3).

Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro (*contratado*).

Professor auxiliar

Vago.

(1) Vid. nota 1 da pág. 42.

(2) Vid. nota 4 da pág. 41.

(3) Vid. nota 2 da pág. 42.

3.º GRUPO
CIÊNCIAS POLÍTICAS

Professores catedráticos

Dr. Domingos Fêzãs Vital (1).
Dr. José Carlos Martins Moreira (*contratado*).
Vagos dois lugares.

Professor auxiliar

Vago.

4.º GRUPO
CIÊNCIAS JURÍDICAS

Professores catedráticos

Dr. Álvaro da Costa Machado Vilela (2).
Dr. José Alberto dos Reis.
Dr. José Beleza dos Santos.
Dr. Mário de Figueiredo (3).
Dr. Fernando Andrade Pires de Lima (*contratado*).
Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade (*contratado*).
Vagos três lugares.

Professores auxiliares

Dr. António de Arruda Férrer Correia (*contratado*).
Vago um lugar.

PROFESSOR DO 1.º GRUPO DA FACULDADE DE DIREITO
DE LISBOA EM COMISSÃO NA DE COIMBRA

Dr. Manuel Paulo Merêa.

PESSOAL AUXILIAR E MENOR

Bedel

Armando da Costa Borges.

Contínuo de 1.ª classe

Manuel Nobre.

(1) Vid. nota 3 da pág. 41.

(2) Atingiu o limite de idade em 20 de Agosto de 1941.

(3) Vid. nota 5 da pág. 41.

**Estabelecimento
da Faculdade de Direito**

Instituto Jurídico

Secretário

José da Cruz.

2.º Conservador

Mário Alberto dos Reis Faria.

Catalogadores

Mário de Moura Vieira.

Mário da Silva e Sousa.

Contínuo de 1.ª classe

Francisco de Paiva.

Contínuo de 2.ª classe

Emílio Santiago.

Faculdade de Medicina

DIRECTOR

Dr. Alvaro Fernando de Novais e Sousa.

SECRETÁRIO

Dr. Egidio da Costa Aires de Azevedo.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.

PESSOAL DOCENTE

1.º GRUPO

Professores catedráticos

Anatomia descritiva — Dr. Maximino José de Moraes Correia.
Histologia geral e especial e Embriologia — Vago.

Professor auxiliar (1)

Vago.

Assistentes (2)

Anatomia — Dr. (*) Elisió Gonçalves Rama. ●

(1) O regulamento da Faculdade (decreto n.º 19.691, de 18 de Março de 1931) atribui, no artigo 172.º, ao 1.º grupo dois professores auxiliares. O Conselho Escolar resolveu, porém, de harmonia com o disposto no § 1.º dêsse artigo, em sessão de 11 de Dezembro de 1935, transferir um daqueles lugares para o 6.º grupo.

(2) O regulamento da Faculdade, no seu art. 194.º, atribui um assistente à cadeira de Histologia e Embriologia. O Conselho da Faculdade, de harmonia com o disposto no § único do mesmo artigo, resolveu, em 30 de Julho de 1937, transferir para a cadeira de Neurologia aquêlê lugar.

(*) Título profissional.

2.º GRUPO

Professores catedráticos*Fisiologia* — Dr. João Duarte de Oliveira.*Farmacologia* — Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.*Professor auxiliar*L.º João de Oliveira e Silva (*contratado*).Assistentes*Fisiologia e química fisiológica* — L.º António dos Santos Andrade.*Farmacologia e terapêutica geral* — Vago.

3.º GRUPO

Professores catedráticos*Patologia geral* — Dr. João Marques dos Santos.*Anatomia patológica geral e especial* — Vago.*Professor auxiliar*

Vago.

Assistentes*Patologia geral* — Vago.*Anatomia patológica geral e especial* — L.º João Rocha Santos.

4.º GRUPO

Professor catedrático*Medicina legal* — Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.*Professor auxiliar*

Dr. Alberto Cupertino Pessoa.

Assistente*Medicina legal* — B.º Mário Martins Ribeiro.

5.º GRUPO

Professores catedráticos*Bacteriologia e parasitologia* — Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.*Higiene* — Dr. António Meliço Silvestre (*contratado*).

Professores auxiliares

Dr. António Meliço Silvestre (1).

Vago um lugar.

Assistentes

Bacteriologia e parasitologia — L.^{do} Henrique de Oliveira.

Higiene e epidemiologia — L.^{do} Francisco António Gonçalves Ferreira (contratado).

6.^o GRUPO*Professores catedráticos*

Propedêutica médica — Dr. Egidio da Costa Aires de Azevedo.

Patologia médica — Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

Clínica médica — Vago.

Terapêutica médica clínica — Dr. João Maria Pôrto.

Pediatria — Dr. Lúcio de Almeida (contratado).

Dermatologia e sifilografia — Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra (contratado).

Professores auxiliares

Dr. Lúcio de Almeida (2).

Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra (2).

Dr. Manuel Joaquim Bruno da Costa (contratado).

Assistentes

Propedêutica médica — Dr. Mário Simões Trincão (3).

Patologia médica (4) — L.^{do} Manuel dos Santos Silva.

L.^{do} Mário Eduardo Tavares de Sousa.

Clínica médica (5) — Dr. (*) Luiz Augusto Duarte Santos.

L.^{do} José Monteiro Lopes do Espirito Santo.

(1) Desempenha como contratado as funções de professor catedrático do 5.^o grupo.

(2) Desempenha como contratado as funções de professor catedrático do 6.^o grupo.

(3) Professor agregado (art. 189.^o do Regulamento da Faculdade).

(4) O Regulamento da Faculdade, no seu art. 194.^o, atribui a esta cadeira só um assistente. O Conselho Escolar, de harmonia com o disposto no § único desse artigo, resolveu transferir para a cadeira de Patologia médica um dos dois lugares de assistente da cadeira de Clínica médica.

(5) Vid. nota anterior.

(*) Título profissional.

Terapêutica médica clínica — L.^{do} Joaquim Antunes de Azevedo. •
Pediatria — Vago.
Dermatologia e sifilografia — Vago.

7.º GRUPO

Professores catedráticos

Medicina operatória e técnica cirúrgica — Dr. João Emílio Raposo de Magalhães (1).

Patologia cirúrgica geral e especial — Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

Clínica cirúrgica — Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.

Professores auxiliares

Dr. Luiz Augusto Morais Zamith.

Dr. José Bacalhau.

Assistentes (2)

Medicina operatória e técnica cirúrgica — L.^{do} Fausto Mendes Ferreira • Pimentel.

Clínica cirúrgica — Dr. Antônio Nunes da Costa (3). •

Dr. Tristão Ilídio Ribeiro. •

8.º GRUPO

Professores catedráticos

Obstetrícia — Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

Ginecologia — Dr. Álvaro de Almeida Matos.

Professor auxiliar

Dr. Luiz Antônio Martins Raposo.

(1) Vid. nota 3 da pág. 42.

(2) O Conselho Escolar da Faculdade, de harmonia com o disposto no art. 53.º da lei orgânica das Faculdades de Medicina, resolveu, em sessão de 29 de Julho de 1930, transformar os dois lugares de assistente de Patologia cirúrgica geral e especial em lugares de ajudante de clínica. Igual deliberação tomou, em sessão de 18 de Março de 1936, relativamente a um dos três lugares de assistente da cadeira de Clínica cirúrgica.

(3) Professor agregado (art. 189.º do Regulamento da Faculdade).

Assistentes (1)

Obstetrícia — L.^{do} Albertino da Costa Barros. •
L.^{do} Francisco Manuel Santos de Ibérico Nogueira. •

9.^o GRUPO*Professores catedráticos*

Psiquiatria — Vago.
Neurologia — Dr. Elísio de Azevedo e Moura.

Professor auxiliar

Dr. José Augusto Correia de Oliveira.

Assistentes

Psiquiatria — L.^{do} Alberto de Mesquita. •
Neurologia (2) — L.^{do} Armando Tavares de Sousa. •

| |

PROFESSOR CATEDRÁTICO APOSENTADO

Dr. Lúcio Martins da Rocha.

PESSOAL AUXILIAR E MENOR

Bedel

Álvaro Ferreira da Silva.

2.^o Conservador

Hermano Ribeiro Arrobas.

Continuo de 1.^a classe

Luiz de Oliveira Cardoso.

(1) O Conselho Escolar, de harmonia com o disposto no art. 53.^o da lei orgânica das Faculdades de Medicina e no art. 208.^o do Regulamento da Faculdade, resolveu, em sessão de 22 de Outubro de 1931, transformar o lugar de assistente da cadeira de Ginecologia em lugar de ajudante de clínica.

(2) O Regulamento da Faculdade, no seu art. 194.^o, atribui um assistente à cadeira de Histologia e Embriologia. O Conselho da Faculdade, de harmonia com o disposto no § único do mesmo artigo, resolveu, em sessão de 30 de Julho de 1937, transferir para a cadeira de Neurologia esse lugar.

Estabelecimentos da Faculdade de Medicina

Laboratório de Anatomia

Director

*O professor catedrático da cadeira de Anatomia, Dr. Maximino José de
Morais Correia.*

Contínuos de 1.ª classe

Eleutério Francisco Duarte.
José Fernandes Costa.

Contínuo de 2.ª classe

António Francisco.

Instituto de Histologia e Embriologia

(Instituto de investigação científica)

Director

Vago.

Catalogador

Sofia Rodrigues Brites.

Fotógrafo

Maria Herminia dos Santos Viegas de Seabra.

Contínuo de 2.ª classe

António Augusto Martins.

Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica

Director

*O professor catedrático da cadeira de Fisiologia, Dr. João Duarte de
Oliveira.*

Preparador

Manuel José Pereira Roque.

Contínuo de 1.^a classe

Albino Cardoso.

Laboratório de Medicina Operatória

Director

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Medicina operatória e técnica cirúrgica, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

Preparador

Vago.

Contínuo de 2.^a classe

Raúl de Oliveira.

Laboratório de microbiologia

Director

O professor catedrático da cadeira de Bacteriologia e parasitologia, Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.

Chefe de serviços

Dr. António Meliço Silvestre.

Analistas

José da Silva Lopes.

L. do Alberto Silvano de Moura e Sá.

Preparador

Benjamim Marques dos Santos.

Contínuo de 2.^a classe

Celestino Carvalheira.

Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental

(Instituto de investigação científica)

Director

Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães (1).

Ajudante de preparador

Manuel da Costa.

(1) Art. 141.º, § único, do Regulamento da Faculdade.

Contínuo de 1.^a classe

Ismael Teixeira de Sá.

Instituto de Anatomia Patológica*(Instituto de investigação científica)**Director**O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Anatomia Patológica, Dr. João Marques dos Santos (1).**Preparador-conservador*

Vago.

*Preparadores*L.^{do} João Rocha Santos.L.^{da} Micaela Marques Proença.*Contínuo de 1.^a classe*

Vago.

Instituto de Patologia Geral*(Instituto de investigação científica)**Director*

Dr. João Marques dos Santos (1).

Preparador

Álvaro de Almeida Santos.

Laboratório de Radiologia*Director**O professor catedrático da cadeira de Propedêutica médica, Dr. Egídio da Costa Aires de Azevedo.**Chefe de serviços*

Dr. (*) António Fernandes Ramalho.

*Preparador*L.^{do} Manuel Paulino de Oliveira Girão.

(1) Art. 141.º, § único, do Regulamento da Faculdade.

(*) Título profissional.

Montador de máquinas

Américo Fernandes.

Laboratório de Electrologia*Director**O professor catedrático da cadeira de Neurologia, Dr. Elísio de Azevedo e Moura.**Chefe de serviços*

B.º Adolfo Correia Soares.

Contínuo de 1.ª classe

Delfina Dias.

Laboratório de Química Biológica e de Físico-Química*Director*

Vago.

Engenheiro químico

Vago.

Analista

Bazílio Alves Pereira de Mesquita.

Preparador

L.ª Maria Ernestina Freire Falcão Nunes Garcia.

Instituto de Higiene*Director*

Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão (1).

Químico-chefe

Dr. Afonso Augusto Pinto de Ponce de Leão.

Preparador

Afonso Martins da Fonseca Viegas.

(1) A direcção deste Instituto incumbe ao professor catedrático da cadeira de Higiene; todavia, por resolução da Faculdade, foi a mesma direcção entregue provisoriamente ao professor catedrático do 5.º grupo Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.

Aspirante

Vergílio Cordeiro e Melo.

Contínuo de 2.^a classe

Raúl de Carvalho.

Serventuário de 1.^a classe

Luiz Filipe dos Santos Viegas.

Laboratório de Análises Clínicas*Director*

Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito (1).

*Chefe de serviços*B.^{el} João Miguel Ladeiro.*Analistas*L.^{do} António José de Moura Bastos Júnior.L.^{do} Mário da Silva Mendes.*Preparadores*

José de Moura Vieira.

João Martins da Fonseca Viegas.

Contínuo de 1.^a classe

António de Carvalho.

Laboratório de Clínica Cirúrgica*Director**O professor catedrático da cadeira de Clínica cirúrgica, Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.**Analista*L.^{do} José Nunes da Costa.*Preparador*

José da Silva Lopes Júnior.

Contínuo de 1.^a classe

Mário Fernandes Dias.

(1) Decreto n.º 24.570, de 18 de Outubro de 1934.

Instituto do Rádio (Secção Médica)

Director

O professor catedrático da cadeira de Ginecologia, Dr. Álvaro de Almeida Matos.

Instituto de Medicina Legal (1)

Director

O professor catedrático da cadeira de Medicina Legal, Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

Hospitais da Universidade (2)

Director

O professor catedrático da Faculdade de Medicina Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.

Clínicas da Faculdade

CLÍNICA DE PROPEDEÚTICA MÉDICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Propedêutica médica, Dr. Egidio da Costa Aires de Azevedo.

CLÍNICA DE PATOLOGIA MÉDICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Patologia médica, Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

CLÍNICA MÉDICA

Director

Vago.

(1) Regulamento da Faculdade de Medicina, arts. 138.º e 139.º.

(2) *Ib.*, art. 143.º.

CLÍNICA DE TERAPÊUTICA MÉDICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Terapêutica médica clínica,
Dr. João Maria Pôrto.

CLÍNICA DE MOLÉSTIAS INFECCIOSAS

Director

Dr. João Maria Pôrto.

CLÍNICA DE DOENÇAS DE CRIANÇAS

Director

Dr. João Maria Pôrto.

CLÍNICA DE DERMATOLOGIA E SIFILIGRAFIA

Director

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Derma-
tologia e Sifiligrafia, Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

CLÍNICA DE TÉCNICA CIRÚRGICA

Director

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Medicina
operatória e Técnica cirúrgica, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

CLÍNICA DE PATOLOGIA CIRÚRGICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Patologia cirúrgica geral e espe-
cial, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

Ajudantes de clínica

L. do Francisco Mendes Pimentel.

L. do Alexandre da Silva.

CLÍNICA CIRÚRGICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Clínica cirúrgica, Dr. Angelo
Rodrigues da Fonseca.

Ajudante de clínica

Vago.

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA

Director

O professor catedrático encarregado da regência do curso de Oftalmologia, Dr. Álvaro de Almeida Matos.

CLÍNICA UROLÓGICA

Director

O professor catedrático encarregado da regência do Curso de Urologia, Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.

CLÍNICA DR. DANIEL DE MATOS

(CLÍNICA OBSTÉTRICA)

Director

O professor catedrático da cadeira de Obstetrícia, Dr. Alvaro Fernando de Novais e Sousa.

Maquinista

António Baptista de Almeida.

Contínuo de 1.ª classe

Geremim Martins.

CLÍNICA GINECOLÓGICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Ginecologia, Dr. Álvaro de Almeida Matos.

Ajudante de clínica

L.º Manuel Gomes de Matos Beja.

CLÍNICA NEUROLÓGICA

Director

O professor catedrático da cadeira de Neurologia, Dr. Elísio de Azevedo e Moura.

SERVIÇOS DE ESTOMATOLOGIA

Chefe de serviços

Dr. (*) Acácio da Silva Ribeiro.

Laboratório de Ortopedia

Chefe de serviços

L.^{do} João Perestrelo de Alarcão e Silva.

(*) Título profissional.

Faculdade de Ciências

DIRECTOR

Dr. João Pereira da Silva Dias.

SECRETÁRIO

Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Manuel Marques Esparteiro.

PESSOAL DOCENTE

1.^a SECÇÃO

CIÊNCIAS MATEMÁTICAS

1.^o Grupo — Análise e Geometria

Professores catedráticos

Dr. João Pereira da Silva Dias.
Dr. José Vicente Martins Gonçalves.
Dr. Manuel Marques Esparteiro.

Professor auxiliar

Vago.

Assistentes

L.^{do} Francisco Augusto Martins Vicente Júnior (1).
Dr. Luiz Bêda de Sousa Tavares Neto (2).

(1) Desempenha, como contratado, as funções de professor auxiliar do 2.^o grupo, 1.^a secção.

(2) Desempenha, como contratado, as funções de professor catedrático do 2.^o grupo, 1.^a secção.

L.^{do} Luiz Guilherme Mendonça de Albuquerque (*contratado*) (1).

L.^{do} António Libânio Gil Judice (*contratado*) (2).

2.^o Grupo — Mecânica e Astronomia

Professores catedráticos

Dr. Diogo Pacheco de Amorim.

Dr. Manuel dos Reis.

Dr. Luiz Bêda de Sousa Tavares Neto (*contratado*).

Professor auxiliar

L.^{do} Francisco Augusto Martins Vicente Júnior (*contratado*).

Encarregado de curso

Dr. Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo (*contratado*).

Assistentes

Dr. Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo (3).

L.^{do} Armando Rêgo Falcão.

2.^a SECÇÃO

CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS

1.^o Grupo — Física

Professores catedráticos

Dr. Mário Augusto da Silva.

Dr. João Rodrigues de Almeida Santos (*contratado*).

(1) A duração do contrato deste assistente está subordinada à duração do contrato como professor catedrático do Dr. Luiz Bêda de Sousa Tavares Neto.

(2) A duração do contrato deste assistente está subordinada à duração do contrato como professor auxiliar do L.^{do} Francisco Augusto Martins Vicente Júnior.

(3) Desempenha, como contratado, as funções de encarregado de curso do 2.^o grupo, 1.^a secção.

Professor auxiliar

L.do João Soares Teixeira Lopes (*contratado*).

Assistentes

Dr. João Rodrigues de Almeida Santos (1).

L.do João Soares Teixeira Lopes (2).

L.do José Lopes Cristo.

L.do José Luiz Rodrigues Martins (*contratado*)

2.º Grupo — Química

Professores catedráticos

Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

Dr. António Jorge Andrade de Gouveia (*contratado*).

Professor auxiliar

B.ºl Américo Viana de Lemos (*contratado*).

Assistentes

B.ºl Américo Viana de Lemos (3).

Dr. António Jorge Andrade de Gouveia (4).

L.do Fernando Pinto Coelho.

L.do Joaquim Anacoreta Correia (*contratado*) (5).

L.ª Leonor Maria da Piedade Flores (*contratada*) (6).

(1) Desempenha, como contratado, as funções de professor catedrático do 1.º grupo, 2.ª secção.

(2) Desempenha, como contratado, as funções de professor auxiliar do 1.º grupo, 2.ª secção.

(3) Desempenha, como contratado, as funções de professor auxiliar do 2.º grupo, 2.ª secção.

(4) Desempenha, como contratado, as funções de professor catedrático do 2.º grupo, 2.ª secção.

(5) A duração do contrato deste assistente está subordinada à duração do contrato como professor catedrático do Dr. António Jorge Andrade de Gouveia.

(6) A duração do contrato deste assistente está subordinada à duração do contrato como professor auxiliar do B.ºl Américo Viana de Lemos.

3.^a SECÇÃO
 CIÊNCIAS HISTÓRICO-NATURAIS

1.^o Grupo — Mineralogia e Geologia

Professores catedráticos

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.
 Dr. José Custódio de Moraes.

Professor auxiliar

B.^{el} Miguel Marcelino Ferreira de Moura.

Assistentes

L.^{do} António Duarte Guimarães.
 Raúl Fernandes Ramalho de Miranda.

2.^o Grupo — Botânica

Professores catedráticos

Dr. Abílio Fernandes (*contratado*).
 Vago um lugar.

Professores auxiliares

Dr. Abílio Fernandes (1).
 L.^{do} Artur Augusto Taborda de Moraes (*contratado*) (2) (3).

Assistentes

L.^{do} Artur Augusto Taborda de Moraes (4)
 L.^{do} José de Barros Neves.
 Vago um lugar.

(1) Desempenha, como contratado, as funções de professor catedrático do 2.^o grupo, 3.^a secção.

(2) A duração do contrato deste professor está subordinada à duração do contrato como professor catedrático do Dr. Abílio Fernandes.

(3) Suspenso de exercício e vencimento por um ano por portaria de 30 de Novembro de 1940 (*Diário do Governo*, II série, n.^o 1, de 2 de Janeiro de 1941).

(4) Desempenha, como contratado, as funções de professor auxiliar do 2.^o grupo, 3.^a secção.

3.º Grupo — Zoologia e Antropologia

Professores catedráticos

Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.
Dr. João Gualberto de Barros e Cunha (1).

Professor auxiliar

Dr. Alberto Xavier da Cunha Marques (*contratado*).

Assistentes

B.º António Armando Temido.
B.º João Miguel Ladeiro.
Dr. Alberto Xavier da Cunha Marques (2).
Vago um lugar.

Encarregado de curso

L.º José Antunes Serra (*contratado*).

| |

CADEIRAS E CURSOS ANEXOS DE DESENHO

Professores

Anibal Rui de Brito e Cunha (3).
Fausto Gonçalves da Silva (*contratado*).

| |

PROFESSORES CONTRATADOS, ÀLÉM DO QUADRO

Para a regência da cadeira de Topografia

Dr. Victor Hugo de Azevedo Coutinho.

Para a regência da cadeira de Zoologia

Dr. Ernst Matthes.

(1) Atingido pelo limite de idade em 25 de Setembro de 1935.
(2) Desempenha, como contratado, o lugar de professor auxiliar do 3.º grupo, 3.º secção.
(3) Decreto n.º 12.492, de 14 de Outubro de 1926, art. 26.º.

PROFESSORES CATEDRÁTICOS APOSENTADOS

Dr. Henrique Teixeira Bastos.
Dr. Aurélio Pereira da Silva Quintanilha.
Dr. Francisco Miranda da Costa Lôbo.

||

PESSOAL TÉCNICO, AUXILIAR E MENOR

Desenhador de 2.^a classe

Lourenço Augusto Esteves Martins.

Bedel da 1.^a secção

Manuel Gonçalves.

Bedel das 2.^a e 3.^a secções

Américo Sarmiento.

Contínuo de 1.^a classe

Cláudio Simões da Costa.

Contínuo de 2.^a classe

Manuel António.

Estabelecimentos da Faculdade de Ciências

Laboratório de Física

Director

Dr. Mário Augusto da Silva.

Preparador-conservador

António Ferreira.

Preparador

Francisco Correia Galvão Júnior.

Maquinista

Danilo Gonçalves Costa.

Contínuo de 1.^a classe

Fausto Tavares.

Guarda de 2.^a classe

António Paulo.

Laboratório Químico

Director

Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

Analista

L.^{do} António Simões da Silva.

Preparador-conservador

Francisco Maria Coimbra.

Contínuo de 1.^a classe

Belmiro França.

Contínuo de 2.^a classe

António dos Santos Ferreira.

Servente

Eduardo Pereira.

Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico

Director

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Naturalista

B.^{el} Miguel Marcelino Ferreira de Moura.

Auxiliar de naturalista

José Vitorino de Seica Santos.

Preparador

Adriano Ferreira.

Auxiliar de preparador

Miguel Marques da Fonseca Barata.

Colector de 1.^a classe

António Martins Pais.

Contínuo de 1.^a classe

Alberto Diniz da Fonseca.

Instituto Botânico do Dr. Júlio Henriques

(Museu, Laboratório e Jardim Botânico)

Director

Dr. José Custódio de Morais.

Naturalista

L.^{do} Francisco de Ascensão Mendonça.

Auxiliares de naturalista

José da Silva.

Francisco de Sousa.

Catalogador

Francisco Cabral Júnior.

Preparador

António Cabral.

Jardineiro chefe

Joaquim dos Santos Pires.

Jardineiro sub-chefe

Augusto Gonçalves.

Museu e Laboratório Zoológico*Director*

Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.

Naturalistas

Dr. Antero Frederico de Seabra.

B.^el António Armando Temido.

Auxiliar de naturalista

Rogério Nogueira de Carvalho.

Preparador

Arnaldo Alves dos Santos.

Catalogador

Vergílio Nogueira de Carvalho.

Colector de 1.^a classe

Domingos Figueiredo de Noronha.

Contínuo de 1.^a classe

João da Fonseca.

Museu e Laboratório Antropológico*Director*

Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.

Antropometrista

L.^{da} Maria Augusta Maia Neto.

Auxiliar de naturalista

José Domingos dos Santos.

Preparador

Arianto Benjamino Ferreira da Câmara.

Servente

Álvaro Borges.

Observatório Astronómico*Director*

Dr. Manuel dos Reis.

*Observador chefe de serviços*L.^{do} José António Madeira.*2.º Ajudante de observador*

Adelino Pessoa.

Maquinista conservador dos instrumentos

Manuel Fernandes Pessoa.

Contínuo de 1.ª classe

Jorge Alves.

Instituto Geofísico*Director*

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

*Observadores-chefes de serviços*B.^{el} Artur Dias Pratas.L.^{do} Joaquim Mendes dos Remédios de Sousa Brandão.

Vago.

*1.ºs Ajudantes de observador*L.^{do} Alberto Barata Pereira.

Armando Ferraz de Carvalho.

L.^{do} Vitorino Gomes de Seica Santos.*Artífice*

Humberto Ribeiro da Cruz.

Contínuo de 1.ª classe

Álvaro José Adriano.

Instituto do Rádio (Secção de Ciências)*Director*

Dr. Mário Augusto da Silva.

Escola de Farmácia

DIRECTOR

Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz.

SECRETÁRIO

L.do Guilherme de Barros e Cunha.

BIBLIOTECÁRIO

L.do Guilherme de Barros e Cunha.

PESSOAL DOCENTE

Professores efectivos

Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz (1).
Dr. Manuel José Fernandes Costa (1) (2).
L.do Guilherme de Barros e Cunha (*contratado*).
L.do José Ramos Bandeira (*contratado*).

Professores agregados

L.do Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa (*contratado*).
L.do Francisco de Sousa Inês (*contratado*).

PESSOAL TÉCNICO, AUXILIAR E MENOR

Preparadores

L.do José Baeta Cardoso do Vale.
L.do Luiz da Silva Carvalho.
L.do Luiz Duarte Rodrigues.
L.da Maria Serpa dos Santos.

(1) Professor catedrático da extinta Faculdade de Farmácia.
(2) Atingiu o limite de idade em 25 de Fevereiro de 1940.

Bedel

Joaquim Bento de Oliveira e Costa.

Contínuo de 1.^a classe

António Simões Henriques.

Contínuo de 2.^a classe

Fernando da Cunha Rocha.

Serventes

Luiz Frias dos Santos.

Carlos Lacerda Santos.

**Estabelecimentos
da Escola de Farmácia**

Laboratório de Química Farmacêutica Inorgânica

Director

Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz.

Laboratório de Farmacognosia

Director

Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz.

Laboratório de Farmácia Galénica

Director

L.^{do} José Ramos Bandeira.

Laboratório de Criptogamia e Fermentações

Director

L.^{do} Guilherme de Barros e Cunha.

Instituto de Climatologia e Hidrologia

CONSELHO

Presidente

*O Vice-Reitor da Universidade, em exercício, Dr. Maximino José de Moraes
Correia.*

Vogais

*O director do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental
da Faculdade de Medicina, Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.*

*O director do Laboratório de Química Biológica e de Físico-Química
da Faculdade de Medicina, vago.*

*O director do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Medicina,
Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.*

*O director do Instituto do Rádio (Secção Médica), Dr. Álvaro de Almeida
Matos.*

*O director do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina, Dr. Afonso
Augusto Pinto Ponce de Leão.*

*O director do Laboratório Químico da Faculdade de Ciências, Dr. Rui
Gustavo Couceiro da Costa.*

*O director do Instituto do Rádio (Secção de Ciências), Dr. Mário Augusto
da Silva.*

*O director do Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de
Ciências, Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.*

*O director do Instituto Geofísico da Faculdade de Ciências, Dr. Anselmo
Ferraz de Carvalho.*

Os professores do Curso de Climatologia e Hidrologia:

Dr. Álvaro de Almeida Matos.

Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.

Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

Curso de Climatologia e Hidrologia (1)*Professores*

Elementos de química analítica hidrológica — Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

Elementos de físico-química hidrológica — Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.

Terapêutica hidrológica e climatérica — Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.

Fisioterapia — Dr. Álvaro de Almeida Matos.

Geologia e captagem — Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Hidrologia geral — Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

Higiene hidrológica e climatérica — Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.

(1) Funciona junto da Faculdade de Medicina (art. 3.º do Decreto n.º 18.568 de 7-7-930 — *Diário do Governo*, 1 série, n.º 177, de 1 de Agosto de 1930).

Quadro geral

I

PROFESSORES

N.º de ordem	Nomes	Data do nascimento	Naturalidade
1	Dr. José Alberto dos Reis.....	1-11.º-1875	Vale de Azares — Guarda
2	Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.....	14-12.º-1878	Tondela — Vizeu
3	Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca.....	14-12.º-1872	Couto de Cocujães — Aveiro
4	Dr. Elísio de Azevedo e Moura.....	30-8.º-1877	Braga
5	Dr. José Cipriano Rodrigues Diniz.....	8-8.º-1876	Coimbra
6	Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.....	8-7.º-1880	Tomar
7	Dr. Álvaro de Almeida Matos.....	12-11.º-1880	Coimbra
8	Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.....	15-12.º-1884	Vila-Real
9	Dr. Manuel Paulo Merêa.....	2-9.º-1889	Lisboa
10	Dr. João Duarte de Oliveira.....	6-2.º-1875	Cebolais de Cima — Castelo Branco
11	Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.....	19-10.º-1886	Castanheira de Pêra — Leiria
12	Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.....	19-7.º-1885	Campinas — Brasil
13	Dr. Domingos Fézàs Vital.....	10-1.º-1888	Caminha — Viana do Castelo
14	Dr. António de Oliveira Salazar.....	28-4.º-1889	Vimieiro — Viseu
15	Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimaraes.....	31-7.º-1885	Ponte do Lima — Viana do Castelo
16	Dr. João Marques dos Santos.....	16-12.º-1880	Coimbra
17	Dr. Joaquim de Carvalho.....	10-6.º-1892	Figueira da Foz
18	Dr. Diogo Pacheco de Amorim.....	7-11.º-1888	Monção — Viana do Castelo
19	Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.....	7-5.º-1886	Braga
20	Dr. João Pereira da Silva Dias.....	17-3.º-1894	Marrazes — Leiria
21	Dr. Carlos Simões Ventura.....	29-3.º-1893	Coimbra
22	Dr. Luiz Cabral de Oliveira Moncada.....	19-10.º-1888	Lisboa
23	Dr. José Beleza dos Santos.....	5-9.º-1885	Outeiro da Arrifana -- Aveiro
24	Dr. Mário de Figueiredo.....	19-4.º-1890	Figueiró — Viseu
25	Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.....	25-3.º-1885	Alenquer — Lisboa
26	Dr. Aristides de Amorim Girão.....	16-6.º-1895	Fataunços — Viseu